

**PREFEITURA DE BRUSQUE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL LIONS CLUBE
COMPANHEIRO OSCAR MALUCHE**



**BRUSQUE, SANTA CATARINA
ANO LETIVO 2023**

Prefeito de Brusque

Ari José Vechi

Secretária Municipal de Educação

Eliani Aparecida Busnardo Buemo

Diretora do Departamento de Ensino Fundamental

Ivanete Largo Gohr

Diretor Escolar

Sérgio Luís Gonçalves

Sumário

1	INTRODUÇÃO	5
2	APRESENTAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR	8
2.1	Visão	8
2.2	Missão	8
2.3	Valores	8
3	MARCO SITUACIONAL	8
3.1	Dados de Identificação	9
3.2	Perfil da comunidade	9
4	IDENTIDADE DA UNIDADE ESCOLAR	16
4.1	Histórico da escola	17
4.2	Situação física da escola e recursos materiais	19
4.3	Recursos humanos	20
4.3.1	Gestão da escola	21
4.3.2	Conselho Escolar	22
4.3.3	Coordenação Pedagógica	22
4.3.4	Agente administrativo escolar	23
5	Organização da escola e do ensino	23
5.1	Constituição de turmas:	23
5.2	Atendimento Educacional Especializado (AEE):	24
5.2.1	Alunos do AEE:	24
5.2.2	Alunos em acompanhamento:	24
5.3	Distribuição das aulas e ocupação do tempo:	24
5.4	Conselho de Classe	25
5.5	Relações entre a escola e a comunidade	26
5.6	Associação de Pais e Professores (APP)	27
5.7	Conselho Escolar	28
5.8	Currículo	28
5.9	Metodologia do Ensino Fundamental	32
5.10	Finalidades e objetivos do ensino fundamental	35
6	Conteúdos de Aprendizagem	39
7	MARCO CONCEITUAL: DEFINIÇÃO DAS BASES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	43
7.1	Concepção Filosófica Pedagógica	43
7.2	Concepção de Escola	43
7.3	Concepção de Educação	44
7.4	Concepção de Homem	46
7.5	Concepção de Sociedade	47
7.6	Concepção de Professor	48
7.7	Concepção de criança	49
7.8	Avaliação	50
8	Educação Inclusiva	52
8.1	Público alvo do AEE:	52
9	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Rede Municipal de Educação de Brusque	55
10	A Escola em Tempo Integral	57
11	DISPOSITIVOS LEGAIS	57
11.1	Documentos legais e normativos referentes ao Ensino Fundamental	58
11.2	Estatuto	58
11.3	Regimento	58

11.4	Plano de Carreira	58
11.5	Matrícula	59
11.6	Calendário escolar	59
12	PLANO DE AÇÃO	60

I. INTRODUÇÃO

A escola, como parte integrante da sociedade que se encontra em profundas transformações, vem hoje cada vez mais sentindo a necessidade de elaborar formas de trabalho que estejam atendendo cada às exigências do mundo moderno.

Nessa direção, é de fundamental importância a construção de um Projeto Político Pedagógico que atenda as leis vigentes, sem perder de vista os objetivos da escola.

Esses objetivos devem estar sempre pautados numa visão de educação que busque a melhoria da qualidade de vida de seus integrantes, num trabalho participativo, comunitário e humanitário, preparando o educando para o exercício de seus direitos e o cumprimento dos deveres.

Com base nesses pressupostos, através de uma construção participativa onde contamos com anos de experiência e vivência nessa comunidade por parte de vários profissionais que aqui atuam, elaboramos o Projeto Político Pedagógico, documento que norteará toda a prática pedagógica exercida na “Escola de Ensino Fundamental Oscar Maluche”.

O Projeto Político Pedagógico da escola pode ser entendido como processo de mudança e de antecipação do futuro que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Sua dimensão político-pedagógica pressupõe a construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares. Ao desenvolvê-lo, o coletivo da escola expressa suas experiências, refletem suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, explicitam seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência evidenciam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação. Esse movimento visa à promoção da transformação necessária e desejada pela comunidade escolar.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico é práxis, ou seja, ação humana transformadora, resultado de um planejamento dialógico. Ele é movimento de ação – reflexão - ação, o qual enfatiza o grau de influência que as decisões tomadas na escola exercem nos demais níveis educacionais.

Com base no pressuposto de que cada escola busque desenvolver seu próprio Projeto Político Pedagógico e que seja resultado do esforço comum de todos os

membros envolvidos, considera-se que este documento:

Desenhe o perfil da escola e que seus membros, ou seja, alunos, professores e funcionários e comunidade estejam envolvidos no processo educacional;

Considere todos os aspectos (político, econômico, cultural e social) de toda a comunidade escolar, fatores fundamentais de regência de comportamento;

Consolide a escola como lugar de efetiva promoção de cultura e construção do conhecimento.

A importância de elaborar um Projeto Político Pedagógico está implícita na própria função da escola como ambiente de crescimento, de mudança social. E esta função deve ser de conhecimento da comunidade em que a escola está inserida, incluindo sua contextualização.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 12, inciso I, que vem sendo chamado o “artigo da escola” a Lei dá aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.

O artigo 12, inciso VII define como incumbência da escola informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

O artigo 13, chamado o “artigo dos professores”, indica como incumbências desse segmento, entre outras, as de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso I) e elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso II).

O artigo 14, em que são definidos os princípios da gestão democrática, o primeiro deles é a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

A escola deve provocar mudanças, rupturas, estabelecer novos objetivos políticos que vincule o seu compromisso com a comunidade, delineando claramente a questão do sentido da escola, sua função, sua finalidade, propiciando a construção significativa do conhecimento, da autonomia, da autoconfiança nos seus educandos.

A escola que realiza um trabalho comunitário transfere para o Projeto Político Pedagógico o compromisso da construção coletiva, envolvendo alunos, funcionários e comunidade.

Das dimensões

DIMENSÃO SITUACIONAL

I. A Escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche no contexto da Secretaria Municipal de Educação de Brusque.

I.I. Dados de Identificação

Nome: Escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche

Endereço físico: Rua Rodolfo Steffen nº 182

Bairro: Steffen

Município: Brusque

Cep: 88355250

Fone: (47) 3355- 3263 – (47) 9-8431-0951

e-mail: eefom@educacao.brusque.sc.gov.br

Data de fundação: 19/05/1966

Instituição: Integrada a rede pública municipal de educação

Funcionamento: Através do decreto nº 29/66 ã

Atendimento: 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental de 9 anos

Horário de funcionamento:

Matutino – 7h30min às 11h30min

Vespertino – 13 h às 17 h

INEP – 42080770

I. Diagnostico.

A Escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche, fundada em 19 de maio de 1966, tendo como mantenedora a Associação de Pais e Professores (APP), conta hoje com uma equipe formada por Direção, Coordenação Agente Administrativo, Professores, monitores, agentes de serviços gerais e merendeiras, como parte integrante da sociedade que se encontra em profundas transformações, vem hoje cada vez mais sentindo a necessidade de elaborar formas de trabalho que estejam atendendo cada às exigências do mundo moderno.

Nessa direção, é de fundamental importância a construção de um Projeto Político Pedagógico que atenda as leis vigentes, sem perder de vista os objetivos da escola.

Esses objetivos devem estar sempre pautados numa visão de educação que busque a melhoria da qualidade de vida de seus integrantes, num trabalho participativo, comunitário e humanitário, preparando o educando para o exercício de seus direitos e o cumprimento dos deveres.

“Sendo assim, o PPP está revestido da relevância do papel da educação no desenvolvimento dos seres humanos, focada no desenvolvimento integral dos alunos, perpassado pela base teórica da BNCC, do Currículo Base do Território Catarinense e da Proposta Curricular de Brusque, a fim de se materializar a formação do aluno na cidadania e para a cidadania. Este trabalho se apoiou na ideia de que conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)n.º 9394/95 que o processo de construção de um projeto político-pedagógico requer uma reflexão inicial sobre seu significado e importância”.

PRINCÍPIOS E VALORES

Alguns Valores possuem grande relevância e contribuem grandemente para o sucesso de uma proposta pedagógica, dentre outros, trabalhar valores como: respeito, justiça, dignidade, responsabilidade, amizade, honestidade, solidariedade, autodisciplina, ética, amor, confiança, compreensão, paz e fraternidade em sala de aula. Abordar estes assuntos não de maneira superficial, mas de forma mais frequente, o que contribuirá positivamente na construção da cidadania e do próprio perfil do estudante e dessa forma conseqüentemente para a formação integral do educando.

Conforme o artigo 3º da lei nº 9394/96, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- 1- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- 2- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, etc;
- 3- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- 4- Respeito a liberdade e apreço à tolerância;
- 5- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

- 6- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- 7- Valorização do profissional da educação escolar;
- 8- Gestão democrática do ensino público;
- 9- Garantia de padrão de qualidade;
- 10- Valorização da experiência extraescolar;
- 11- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Perfil da comunidade

A compreensão desse contexto, ou seja, de saber sobre o perfil de nossa comunidade torna-se fundamental para enfrentar os desafios atuais nas salas de aula e propor práticas pedagógicas para melhor atender esta demanda.

Percebe-se que as famílias migram de bairros com frequência, tendo casos de crianças que passam por 3 escolas diferentes no mesmo ano, entende-se essa característica pelo alto índice de moradias alugadas, conforme informação gráfico abaixo:

No mês de Abril de 2023 a Escola realizou uma nova pesquisa para o PPP, foi aplicado um questionário formulado pela Unidade Escolar. Abaixo segue os resultados: Dados por escrito (resultados tabulados com base em um total de 293 respostas recebidas).

1. Estados dos Responsáveis: (Resultado com um total de 260 responsáveis.)	
AL	1 (1%)
AP	1 (1%)
BA	36 (20%)
DF	1 (1%)
MG	4 (2%)
MS	1 (1%)
PA	8 (4%)
PE	1 (1%)
PR	17 (9%)
RJ	2 (1%)
RN	3 (2%)
RS	4 (2%)
SC	78 (43%)
SP	7 (4%)
Haiti	1 (1%)
Venezuela	3 (2%)

Não soube Informar	12 (7%)
--------------------	---------

2. Bairro de residência em Brusque:					
Steffen	São Luiz	Bateias	Cerâmica Reis	Outro	Não soube informar
263 (88%)	14 (3%)	9 (6%)	0 (0%)	4 (1%)	0 (0%)

4. Idade dos responsáveis						
Pai	20 ou menos	21-25	26-30	31-35	36-40	40 ou mais
	1 (0%)	3 (2%)	27 (17%)	31 (19%)	34 (21%)	47 (29%)
Mãe	20 ou menos	21-25	26-30	31-35	36-40	40 ou mais
	0 (0%)	11 (7%)	37 (23%)	45 (27%)	31 (19%)	36 (22%)

5. Estado civil dos pais:			
Casados	Separados	União estável	Não soube informar
158 (56%)	79 (23%)	52 (18%)	3(1%)

6. Com quem o aluno mora:			
Pais	Avós	Outros	Não soube informar
284 (94%)	6 (5%)	3(1%)	0 (0%)

7. Quantas pessoas moram na casa:			
3 ou menos	4 à 7	8 ou mais	Não soube informar
63 (39%)	94 (58%)	4 (2%)	2 (1%)

8. Religião da família				
Católica	Evangélica	Luterana	Test. de Jeová	Outros
150 (56%)	121 (23%)	13(6%)	6(2%)	2 (3%)

9. O que pratica em momentos de lazer: (Cada item com base nos 163 formulários.)							
TV	Religião	Cinema	Musica	Leitura	Internet	Outros	Não soube informar
213 (73%)	38 (13%)	32 (11%)	3 (1%)	36 (12%)	82 (50%)	41 (25%)	0 (0%)

10. Principal meio de transporte utilizado pela família			
Automóvel Particular	Ônibus	Bicicleta	Não soube informar
243 (83%)	35 (12%)	15 (5%)	0(0%)

11. Acesso à internet em casa:		
Sim	Não	Não soube informar
266 (90%)	20 (8%)	4(1,5%)

12. A família recebe algum auxílio do governo		
Sim	Não	Não soube informar
45 (14%)	243 (86%)	6 (2%)

13. Para você, quão importante é o estudo:			
Muito	Razoável	Pouco	Não soube informar
285 (97%)	8 (3%)	0 (0%)	1 (1%)

14. Renda familiar			
até 1 salário mínimo	2 à 4 salários mínimos	5 ou mais salários mínimo	Não soube informar
94 (32%)	181 (61%)	18 (6%)	0 (0%)

15. Quantos dependentes em idade escolar:				
Apenas 1	2	3	4 ou mais	Não soube informar
132 (45%)	100 (34%)	27 (9%)	7 (3%)	20 (9%)

16. Na família há público alvo da educação especial (inclusão)		
Sim	Não	Não soube informar
43 (14%)	251 (86%)	0 (0%)

II. IDENTIDADE DA UNIDADE ESCOLAR

II.I. Histórico da escola

O bairro Steffen nasceu da saga de uma família que saiu da Europa e se estabeleceu na Comarca de São Luiz Gonzaga, hoje município de Brusque. Aqui fizeram muitos laços familiares, trabalharam em diversas áreas e deram o nome ao bairro, antiga propriedade da família “Steffen”.

Esta região, por volta de 1870, fazia parte de uma grande fazenda pertencente ao pioneiro Guilherme Steffen, cujas terras iam desde o Rio Itajaí Mirim até onde hoje se situa a Rua São Pedro.

Em sua fazenda, Steffen instalou um engenho onde produzia farinha de mandioca, cachaça e melado. Por muitos anos, Guilherme Steffen conservou intacta suas terras, sem vendê-las a qualquer estranho. Aos poucos, os terrenos foram divididos entre seus 16 filhos.

Foram construindo, modificando com muito amor, fé e dignidade. O crescimento maior, entretanto, deu-se a partir da segunda metade da década de 70, quando se instalaram no bairro as primeiras indústrias percebeu-se um crescimento populacional acentuado da comunidade.

Por muitos anos o bairro ou Morro do Steffen, como era conhecido, foi considerado um lugar perigoso e violento. Hoje, apesar de muitos problemas que enfrenta, como

todo bairro, tornou-se um bom lugar para morar e trabalhar.

A comunidade apresenta um grau de desenvolvimento bastante significativo desde a sua fundação. No entanto, percebemos também que esse desenvolvimento poderia causar maior conforto aos moradores se houvesse uma melhor infraestrutura no que se refere a localização, pavimentação de ruas, saneamento básico, planejamento nas construções de casas, escolas e unidades de saúde.

Fundada em 19 de maio de 1966, inicialmente como Escola Mista Municipal Modelo Lions Clube Companheiro Oscar Maluche, foi construída pelo Lions Clube em parceria com a Prefeitura Municipal, cujo prefeito na época era o Sr. Antônio Heil.

Em 19 de abril de 1983, a Escola Mista Municipal Modelo Lions Clube Companheiro Oscar Maluche passou a denominar-se Escola Básica, com o mesmo nome.

A primeira professora foi a Srta. Marlete Coelho. Para aumentar a matrícula, a dedicada professora fez campanha, percorrendo as residências. Teve pleno êxito, tanto que foi necessário contratar mais uma professora.

A primeira diretora foi Maria de Lourdes Rocha e algum tempo depois foi designada a Sra. Tereza Clara Riffel.

Em 1977, o Sr. Ervim Fucks doou um terreno à Prefeitura, situado à Rua Rodolfo Steffen, para que ali se construísse um novo prédio para atender o número de alunos que a cada ano aumentava. Em 1978 foi criada a Sala de leitura e escrita da escolar Oscar Maluche.

O Sr. Alexandre Merico, então prefeito, construiu no terreno doado, um prédio com 4 salas de aula e banheiros.

Em 19 de abril de 1983, a Escola Mista Municipal Modelo Lions Clube Companheiro Oscar Maluche passou à Escola Básica, com o mesmo nome, sendo sua primeira diretora a Sra. Ivanete Franco Zucco, que permaneceu no cargo até o ano de 1996.

A primeira turma formou-se na 8ª série no ano de 1987, com 21 alunos. O número de alunos matriculados foi crescendo a cada ano. Na época, José Celso Bonatelli, prefeito municipal, mais precisamente em dezembro de 1984, inaugurou a ampliação do prédio escolar, com mais 4 salas de aula e secretaria. Em 1990 a biblioteca escolar passou a ser denominada Biblioteca Cruz de Souza.

Em 1991, Ciro Marcial Rosa, prefeito, atendendo aos apelos da comunidade,

autorizou mais uma ampliação da parte física do prédio, sendo que em 3 de agosto do mesmo ano, inaugurava mais 4 salas de aula.

No ano 2000, a escola, sob a direção da professora Osnita Aparecida Kuneski Teixeira desde o ano de 1997, inaugurou a reforma da quadra de esportes localizada próxima à escola, reforma esta realizada pela Prefeitura Municipal, gestão do Sr. Hilário Zen.

A partir do ano de 2002, as escolas da Rede Municipal passaram de Escola Básica a Escola de Ensino Fundamental, sendo que a denominação atual é Escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche. Em 18/04/2004 a biblioteca passou a ser chamada de Biblioteca Maria Izabel Archer Bolda em homenagem a dona Maria Izabel.

No ano de 2006, assumiu a direção da escola a Sra. Tania Sueli Maffezzolli Rodrigues, permanecendo no cargo até o ano de 2008.

Através de recursos da Associação de Pais e Professores, foi construído um galpão nos fundos do terreno do prédio escolar, dando maior espaço coberto para realização das atividades pedagógicas. No entanto, com a catástrofe ocorrida no ano de 2008, este espaço foi interditado pela Defesa Civil.

Em 2009, na gestão do Prefeito Paulo Roberto Eccel, foi designada para a direção da escola a professora Valdeci Lúcia Senem.

Em 2011 aconteceu a primeira eleição para Diretora da escola, sendo escolhida pela comunidade escolar a professora efetiva Maria Luiza Fagundes Guislandi.

Em 2013 houve a segunda eleição, onde foi eleita a professora efetivada na escola, Andréa da Rosa Luz mantendo-se no cargo até fevereiro de 2017.

Em 2017 assumiu uma nova diretora, Ivanete Lago Groh, permanecendo até o final daquele ano.

Em 2018, a direção passou a ser regida por Sérgio Luís Gonçalves, que é o diretor atual.

II.II. Situação física da escola e recursos materiais

A escola “Oscar Maluche” apresenta os seguintes espaços em boa conservação para desenvolver as práticas pedagógicas:

- 05 (cinco) salas de aula para os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ar-

condicionado, armários, estantes, carteiras e cadeiras e equipadas com câmeras de segurança e projetor multimedia.

- 04 (quatro) salas de aula para os anos finais do Ensino Fundamental, com ar – condicionado, armários, carteiras e cadeiras e equipadas com câmeras de segurança e projetor multimedia.

- 01 (uma) sala de aula para o atendimento educacional especializado (AEE);

- 01 (uma) sala de Informática contendo 10 computadores, tela multe interativa em funcionamento, 01 notebook e ar-condicionado;

- 01 (uma) sala de Leitura e Escrita com estantes, mesas, cadeiras, livros e ar-condicionado

- 01 (uma) sala dividida com direção e coordenação, com 03 computadores e ar-condicionado;

- 01 (uma) sala para a secretaria com um computador e ar condicionado ;

- Uma sala para atendimento do projeto Aprende Mais Brusque;

- 01 (uma) despensa onde são mantidos os produtos de limpeza.

- 01 (uma) sala para armazenamento de produtos da merenda escolar;

- 01 (uma) cozinha;

- 01 (um) refeitório;

- 04 (dois) banheiros, sendo um masculino e um feminino para o uso dos alunos.

- 01 (um) banheiro para funcionários.

- 01 (um) banheiro adaptado;

- 01 (uma) despensa onde ficam armazenados os materiais para as aulas de educação física;

- 01 (uma) área descoberta usada como prática de educação física e horta;

- 01 (uma) Quadra poliesportiva com arquibancada, banheiros masculino e feminino, com sala de educação física e depósito de materiais esportivos.

II.III. Recursos humanos

As informações abaixo se referem aos funcionários que fazem parte do quadro atual de funcionários:

Quadro nº 01 - Funcionários/2022

NOME DO (A) FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO/ SITUAÇÃO	FORMAÇÃO: grad./pós-grad.
Adriana Deucher de Jesus	Monitora de inclusão	Ensino Médio
Aida Lucia Cortez de Medeiros	Monitor II	Graduação
Anelise Hodecker	Professora	Mestrado
Antonio William da Silva	Professor	Graduação
Bibiana Krieger Fernandes	Professora	Pós - graduação
Bruna Trainotti Gomes	Professora	Pós-graduação
Carina Heil Albrecht	Professora	Pós - graduação
Cimara Habitzreuter	Professora	Pós - graduação
Cláudia Aparecida Fogaça	Professora	Pós - graduação
Cleide Reis Silva	Professora	Pós - graduação
Cristiene Romeu da Silva	Monitor II	Graduação
Davina Souza Santos	Servente	Ensino Fund. Incompleto
Débora da Luz Scheffer	Secretária	Graduação
Edilson Moreno da Silva	Professor	Graduação
Elisete Antonow	Coordenadora	Pós-Graduação
Erenice Becker	Monitor II	Ensino Médio
Fabio Novak dos Santos	Professor	Pós - Graduação
Gerlane Silva da Fonseca	Monitor II	Ens. Médio
Guilherme de Jesus Ferreira	Monitor II	Ensino Médio
Guilherme Pedro Ohlweiler	Monitor de informática	Graduação
Jaqueline Cachoeira Dias	Professora	Pós - Graduação
Jerusa Silva	Professora	Graduação
Josedir Rita da Silva	Professora	Pós-Graduação
Karoline Fernandes Rodrigues	Professora	Graduação
Ketyla Martírio da Silva	Professora	Graduação
Lahis Vieira Reis	Monitor II	Graduação
Larissa Popper Casaniga	Professora	Pós-Graduação
Lucélio de Faria	Servente	Ensino Fundamental
Lúcia de Fátima Alves Silveira	Auxiliar de Serviços	Ens. Fundamental
Luiz Armando Gulini	Professor	Pós - Graduação
Marcela J Cadore Witkowsky	Coordenadora Pedagógica	Pós - Graduação
Margarida dos Santos Lima	Auxiliar de Serviços	Ens. Fundamental
Maria Bernadete Valiati Schroe	Monitora de Biblioteca	Graduação
Maria das Mercês Pantoja	Servente	Ensino Fundamental
Maria Elizonete da Silva Coutinho	Servente	Ensino Médio

Maria Rita dos S. B. De Oliveira	Merendeira	Ens. Fund. Incompleto
Maria Rita dos Santos Borges	Merendeira	Ensino Fundamental
Mariléia Viana dos Anjos	Servente	Ensino Fundamental
Marinês Alves do Nascimento	Servente	Ens. Fund. Incompleto
Maristela Vieira Amorim	Professora	Pós Graduação
Nerisa Rayane Braz Paião	Professora	Pós-Graduação
Núbia Oliveira de Jesus	Merendeira	Ensino Fundamental
Raquel Bender Lopes	Professora	Graduação
Raquel da Cunha	Professora	Graduação
Reinilde Starosky da Silva	Professora AEE	Pós-Graduação
Renam Gomes Borges	Professor	Pós-Graduação
Rosival Alves do Nascimento	Auxiliar de Serviços	Ens. Fundamental
Rozeane Pereira Cunha	Monitor II	Graduação Curta
Rubia Maira Fantini	Monitora de inclusão	Ensino Médio
Schirley de Fátima de S. Branco	Monitor II	Pós-Graduação
Sérgio Luis Gonçalves	Diretor	Pós-Graduação
Sthefany Steindorf Valentim	Professora	Mestrado
Suely Viana Ribeiro Pereira	Monitor II	Ensino Médio
Valentim Cim	Professor	Pós – Graduação
Viviane Bernardi	Professora	Magistério

II.III.1 Gestão da escola

A escola do século XXI deve ser reestruturada para abranger a formação do indivíduo para a vida; cuja vivência denote democracia, tomando por base a cidadania e o respeito para com o próximo.

Nesse sentido, uma boa gestão educacional requer a formação de parceria entre escola e comunidade para que aquela seja de fato inclusiva e democrática. Partindo desse pressuposto, a figura do gestor deve ser pautada na construção de relacionamentos em que ações do tipo: ouvir pessoas, aceitar sugestões, articular com a equipe as decisões e saber “lidar” com pessoas diversas e adversas ganhem um dinamismo de seriedade, assiduidade e compromisso.

A complexidade da educação necessita de um trabalho em equipe colaborativo e integrado. Um gestor deve conhecer os processos de administração, planejamento, estrutura organizacional, direção, avaliação e prática docente, para a partir daí tomar decisões conjuntas.

A escola do século XXI precisa ser administrada por pessoas que ordene com os demais, porque quando o processo participativo se instala nas instituições escolares, a qualidade do ensino melhora. Gestão democrática não apenas inclui pessoas, mas dá vez e voz aos excluídos.

A escola do futuro se faz hoje. Num mundo globalizado, em permanente mudança, contextualizando-a como instituição estratégica, com uma identidade, desenvolvendo-se como projeto coletivo de professores, alunos e gestores, além dos demais funcionários e outros componentes da comunidade escolar.

Quadro nº 02 - Equipe gestora

EQUIPE GESTORA	
Diretor: Sérgio Luís Gonçalves	Diretor: Sérgio Luís Gonçalves
Coordenador Pedagógico: Elisete Antonow	Coordenação Pedagógica: Marcela Jaqueline Cadore Witkowsky
Anos Finais	Anos Iniciais

II.III.2 Conselho Escolar

Os conselhos escolares configuram-se historicamente, como espaços de participação de professores, funcionários, pais, alunos, diretores, e comunidade nas unidades escolares. Em alguns casos, constitui-se em espaços coletivos de liberação, assumindo, desse modo, o papel importante de órgão corresponsável pela gestão administrativa e pedagógica da escola em razão de uma atuação restrita a provação da prestação de contas e medidas disciplinares, em determinadas situações, foram transformadas em unidades executoras.

Em novembro de 2014 os conselhos escolares foram implantados nas unidades escolares do município de Brusque, baseados em decreto e normativa.

II.III.3 Coordenação Pedagógica

O coordenador pedagógico é de extrema importância no acompanhamento do trabalho dos professores, visando fortalecer a equipe escolar para garantia da aprendizagem do aluno. Assim esse profissional precisa estar atento a sua função pedagógica, de forma a apoiar e orientar o trabalho dos docentes.

Esta escola esteve sem coordenador de setembro de 2013 a setembro de 2014, nos demais anos letivos sempre foram coordenadores pedagógicos act's.

Em fevereiro de 2019 efetivou-se uma coordenadora pedagógica, além da contratação de uma segunda coordenadora com o objetivo de auxiliar ainda mais os professores e equipe, pois neste ano a escola já consta com um total de 362 alunos. Em 2020 mais um coordenador se efetivou.

II.III.4 Agente administrativo escolar

A secretaria escolar é encarregada da execução de todos os procedimentos pertinentes à administração, articulados com a legislação de ensino e escrituração escolar, ficando sob a responsabilidade da Agente Administrativa. O papel do agente escolar confunde-se com o de um administrador e de assessorar a direção da escola. Sua influência é vital para o sucesso da experiência escolar.

Esta unidade escolar consta com uma agente administrativa efetiva desde o ano 2016.

III. Organização da escola e do ensino

A Escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche funciona desde o ano de 2006 com o ensino fundamental de nove anos. A transição do ensino de 8 anos para o de 9 anos foi gradativa, ou seja, a cada ano ampliava-se uma nova turma.

O ano letivo está organizado em três trimestres, sendo que ao final de cada trimestre ocorre o Conselho de Classe e a divulgação de notas através de boletins, entregue aos pais dos alunos em plantão pedagógico, com a presença dos professores para que estes possam, durante o atendimento aos pais, sanar suas dúvidas, sugerir maneiras de melhorar o aproveitamento escolar dos alunos, conversar sobre o desempenho do aluno na escola e outros assuntos pertinentes.

Os professores de 1º ao 5º ano dispõem de 33 % de horas/atividade para agendar conversas com os pais, na medida da necessidade dos mesmos e também para planejamento pedagógico. Os professores de 6º ao 9º possuem 33% de hora-atividade de acordo com o número de aulas ministradas também com a mesma função.

III.I. Constituição de turmas:

Matutino: 1º A, 2º A, 3º A, 4º A, 5º A, 6º A, 7º A, 8º A, 9º A = 9 TURMAS

Vespertino: 1º B, 2º B, 3º B, 4º B, 5º B, 6º B, 7º B, 8º B e 9º B = 9 TURMAS

III.II. Atendimento Educacional Especializado (AEE):

III.II.1 Alunos do AEE:

- a) Alunos com deficiência;
- b) Alunos com transtornos globais do desenvolvimento;
- c) Alunos com altas habilidades/superdotação

III.II.2 Alunos em acompanhamento:

- Dislexia
- Disortografia
- Digrafia
- Discalculia
- Transtorno do déficit de atenção
- Hiperatividade (TDA e TDAH).
- Transtorno do Espectro Autista (TEA)

III.III. Distribuição das aulas e ocupação do tempo:

Quadro nº 03 - Divisão das aulas de 1º ao 5º ano

Disciplinas hr/aula	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º ano	5º Ano
Arte	2x 45mim.	2x 45mim.	2x 45mim.	2x 45mim.	2x 45mim.
Ética	1x 45mim.	1x 45mim.	1x 45mim.	1x 45mim.	1x 45mim.
Ed. Física	3x 45mim.	3x 45mim.	3x 45mim.	3x 45mim.	3x 45mim.
Inglês	1x 45mim.	1x 45mim.	1x 45mim.	1x 45mim.	1x 45mim.

Quadro nº 04 - Divisão das aulas de 6º ao 9º ano

Disciplina hr/aula	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Português	5x 45mim	5x 45mim	5x 45mim	5x 45mim
Matemática	5x 45mim	5x 45mim	5x 45mim	5x 45mim
História	3x 45mim.	2x 45mim.	3x 45mim.	2x 45mim.
Inglês	2x 45mim.	2x 45mim.	2x 45mim.	2x 45mim.
Geografia	2x 45mim.	3x 45mim.	2x 45mim.	3x 45mim.
Ciências	3x 45mim.	3x 45mim.	3x 45mim.	3x 45mim.
Arte	2x 45mim.	2x 45mim.	2x 45mim.	2x 45mim.
Ens. Religioso	1x 45mim.	1x 45mim.	1x 45mim.	1x 45mim.
Ed. Física	2x 45mim.	2x 45mim.	2x 45mim.	2x 45mim.

Quadro nº 05 - Projetos da escola

PROJETOS	ANO DE ATUAÇÃO
APRENDE MAIS BRUSQUE (OBRIGATÓRIA) / Orientação de Estudos e Leitura Reforço de Matemática e Língua Portuguesa - Anos Finais 6º ao 9º ano	2023
APRENDE MAIS BRUSQUE (OBRIGATÓRIA) / Orientação de Estudos e Leitura Reforço de Matemática, Língua Portuguesa e Alfabetização- Anos Iniciais 1º ao 5º ano	2023
ESPORTE E LAZER / Esporte na Escola/ Futsal Treinos: Futsal do 5º ao 9º ano	2023
Trânsitolândia do 4º ano - Educação no trânsito	2023
Proerd do 5º ano - Cidadania	2023
Horta Escolar	2023
Magi Cubo/Neuroeducação	2023
Clube da Robótica	2023

III.IV.

III.V. Conselho de Classe

Na escola "Oscar Maluche" o Conselho de Classe é realizado trimestralmente conforme calendário Escolar, é importante para a análise do ensino e da aprendizagem, pois propicia uma avaliação qualitativa. Quando se discute em grupo sobre as questões pedagógicas inerentes do cotidiano, a diversidade de opiniões colabora com as diversas análises e registros do acompanhamento da aprendizagem dos alunos.

A discussão das dificuldades de aprendizagem, planejamento das intervenções para superar as dificuldades e a socialização do que está dando certo devem fazer parte deste momento.

O principal objetivo do conselho é avaliar o aluno de forma integral, por meio de diferentes olhares.

III.VI. Relações entre a escola e a comunidade

A literatura e as políticas públicas na área de educação entendem que “a cultura, o saber e o patrimônio cultural da comunidade são parte integrante e indispensável do currículo de uma escola”, contribuindo para formação humana dos estudantes. A importância da presença do saber e da cultura do aluno no processo político-pedagógico da escola e o reconhecimento da cultura da comunidade onde a escola está inserida devem ser pontos de reflexão fundamentais para o conselho escolar.

Entendemos que a concretização de um processo democrático e participativo de elaboração do PPP é um valioso passo na efetivação de mudanças práticas no cotidiano escolar, com a participação da comunidade escolar nesta construção há um repartir de responsabilidade da equipe diretiva com todos que passam a ser agentes públicos e democráticos, frente às demandas sociais, pedagógicas ou administrativas no dia a dia da escola.

Estudos teóricos sobre a questão, mas em especial as experiências práticas bem-sucedidas, demonstram que as melhores estratégias para constituir formas de organização que envolvem parcerias efetivas entre família e escola são aquelas desenvolvidas por meio de associações de pais e professores, conselhos escolares, círculo de mães ou pais, trabalho voluntário de projetos, seminários, cursos e palestras para os pais e realização de atividades culturais que envolvam famílias e comunidade, como os eventos festivos e outras comemorações da escola.

No contexto atual, não basta que o indivíduo vá para escola, mas que esta propicie a construção de conhecimento e meios de socializá-los para a comunidade; que se disponha a aceitar os diferentes; as diferentes opiniões e a manter o diálogo; já que a democracia existe para melhorar a vida das pessoas.

A Associação de Pais e Professores tem por finalidade colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola e comunidade. Atualmente, sua principal função é atuar, em conjunto com o Conselho de Escola, na gestão da unidade escolar, participando das decisões relativas à organização e funcionamento escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

Em nossa unidade escolar ocorre a participação ativa da APP, da Associação de Moradores e da comunidade em geral, sendo que as mesmas se colocam sempre

a disposição da escola, fazendo-se presente nos principais eventos. Com relação as empresas presentes em nossa comunidade, sempre que solicitado se obtém retorno.

Todas as atividades propostas e desenvolvidas no ambiente escolar, tais como: homenagens cívicas, exposições dos trabalhos, dia das mães, dia dos pais, Natal, entrega de boletins, são prestigiadas pela família/comunidade.

O espaço físico da escola, é disponibilizado para eventos estudantis, como alojamento de competições esportivas.

Nossa escola mantém um relacionamento harmonioso com as demais unidades escolares presentes nos bairros próximos a nossa comunidade.

III.VII. Associação de Pais e Professores (APP)

A escola mantém um bom relacionamento com todos os membros da APP. Sempre que se necessita de auxílio eles colaboram em qualquer situação.

A APP com sua diretoria compete, representar a Associação de Pais e Professores ativa e passivamente em juízo ou fora dela, e podem convocar e presidir reuniões administrativas e assembleias gerais autorizadas previamente e juntamente à direção de escola. Esta diretoria constitui dos seguintes cargos e pessoas que o compõem:

Quadro nº 06: Gestão APP 2021/2023

APP – GESTÃO 2021/2023	
Presidente	Cintia Magali de Souza da Silva
Vice-presidente	Adriana Vicente Nomura Crespi
Tesoureiro	Maristela Vieira Amorim
2º tesoureira	Sônia da Penha de Oliveira
Secretário (a)	Aline Cristina Suem Gonçalves Fischer
2º Secretário (a)	Amantino da Silva
Conselho Fiscal	Sérgio Luis Gonçalves, Carina Heil Albrech, Patrícia Sadanha Steffen Beuting – Suplentes - Lucas Dunka, Luiz Carlos Steffen e Ivonete Pedrozo de Oliveira.

Fonte: Documentos da escola

Os respectivos membros acima são representantes dos professores, pais e do conselho fiscal.

Toda e qualquer decisão será tomada pela diretoria da escola juntamente à APP, pois a escola e APP devem trabalhar em comum acordo.

Todos os meses serão procedidos reuniões, no qual será repassado todo o balancete do mês, com as entradas e despesas da escola. A contribuição escolar é no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), e, é utilizada para despesas com materiais de expediente, no pedagógico, entre outros. Como também investido em possíveis ações construtivas que se fizer necessário no campo escolar para maior conforto dos alunos.

III.VIII. Conselho Escolar

O Conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político pedagógico.

No caso da gestão democrática, especialmente, toda a excessiva regulação corre o risco de negar o que pretende garantir, afirmar o exercício da autonomia e da democracia.

O Conselho Escolar situa-se no espaço da defesa dos interesses coletivos, do projeto político-pedagógico da escola, que requer uma visão do todo, construída desde os diferentes pontos de vista das categorias que os constituem.

A eleição dos membros para o Conselho Escolar aconteceu em Março de 2023 e assim ficou assim constituída.

NOME	CARGO
Bruna Trainote Gomes	Presidente
Guilherme Pedro Ohlweiler	Vice-Presidente
Karoline Rodrigues Fernandes	Secretária
Marcela Jaqueline Cadore Witkowisky Debora da Luz Schaefer Maria Eduarda Muller Cintia Magali de Souza da Silva	Membros Efetivos
Ítalo Siqueira de Lemus Kauany de Moura Estivald Rech	Representantes dos alunos - efetivos
Gabrielly Beatriz Kletemberg Yuri Kreusch	Representante dos Alunos – Suplentes
Sérgio Luís Gonçalves	Diretor – Membro efetivo

III.IX PLANCON

O plancon EDU COVID-19 DA ESCOLA DE Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro, define com muita clareza as normas e protocolos de enfrentamento da pandemia, onde prevê o distanciamento mínimo entre os alunos e servidores, utilização de álcool em gel 70% para higienização das mãos, bem como a organização dos espaços externos com direcionamento dos alunos para não provocar a aglomeração, regras específicas para o transporte dos alunos, atualmente, segundo a portaria 79 de 18/01/2022, que prevê o uso facultativo das máscaras para alunos menores de 12 anos, em segui, conforme decreto municipal foi colocado como facultativo o uso das máscaras para todas as idades. O plancon da escola será atualizado constantemente pelas portarias conjuntas encaminhadas pelo Estado e decretos municipais.

III.IX. Currículo

Em dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), passa a ser uma referência nacional para apoiar processos de elaboração de currículos e materiais didáticos, de políticas de formação, de professores e gestores e de avaliação para concursos públicos.

A BNCC estabelece dez competências essenciais a serem desenvolvidas por crianças e jovens ao longo de sua escolaridade básica.

Dadas as particularidades históricas, o currículo assume diferentes e até conflitantes papéis, determinando as funções da própria escola, exigindo flexibilidade para mudanças e transformações da mesma.

Por isso, faz-se necessário que a escola mantenha um currículo coerente com unidade, que tenha sentido como um todo, e suas partes, quaisquer que sejam, apresentem-se conectadas à globalidade.

A ideia de coerência começa como uma visão do currículo como um conceito amplamente concebido, não como um conjunto de partes ou peças separadas que acumulam experiências dos alunos; sendo necessárias transcrições que levem em conta as pessoas para as quais o currículo é planejado, valorizando suas experiências, aspirações e interesses.

Sendo assim, o currículo deve conceber a tentativa de comunicar os princípios e marcos essenciais de um propósito educativo de modo tal que permaneça aberto à discussão crítica, objetivando sempre a construção do conhecimento.

O traço mais característico de um currículo é a ação, a trajetória é a caminhada

que se constitui com cada grupo, em cada realidade, respeitando a diversidade histórica, sócio-cultural, econômica e religiosa de cada comunidade escolar.

Neste sentido, o currículo deve apresentar-se como algo dinâmico, mutante sujeito às inúmeras influências, focando sempre a compreensão da realidade.

Segundo Moreira e Silva (1955, p.7-1) currículo deve ser “considerado como um artefato social e cultural não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social está implicado relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas... produz identidades individuais e sociais particulares.

Sendo assim, o currículo não se define como um rol de coisas a serem transmitidas e absorvidas com passividade, numa prescritividade única, mas sustenta-se como um terreno produtivo, no qual se cria, produz e recria.

A recuperação paralela dos conteúdos deve fazer parte do período regular de aula. Na LDB 9394/96, em seus artigos específicos sobre a Educação Básica encontramos o embasamento legal:

Art. 10 Entende-se por recuperação de estudos o processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao aluno para superar deficiências ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Art. 11 A recuperação de estudos será oferecida sempre que for diagnosticada, no aluno, insuficiência no rendimento durante todo o processo regular de apropriação de conhecimentos e do desenvolvimento de competências.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela de estudos, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, sempre que verificado o rendimento insuficiente (inferior a 70%) durante os bimestres ou trimestres, antes do registro das notas bimestrais ou trimestrais.

§ 2º Para atribuição de nota resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela de estudos, previsto no parágrafo anterior, deverá ser utilizado o mesmo peso da que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o resultado maior obtido.

§ 3º As atividades referentes ao cumprimento do § 2º e do § 4º deste artigo deverão ser planejadas pelos professores, com a coordenação pedagógica (ou equivalente) da escola.

De acordo com a Lei 9394/96, artigo 24, parágrafo V, e a Resolução 158/2008

em seus artigos 14, 15 e 16 o aluno que tiver defasagem em idade/série, poderá avançar na série seguinte, desde que passe por uma avaliação de desempenho elaborada pelos profissionais do estabelecimento de ensino, e que obtenha resultado satisfatório nesta avaliação.

O avanço nos Cursos ou Séries/Anos dar-se-á da seguinte maneira, conforme LDB:

Art. 14 O avanço nos cursos ou séries/anos, por classificação, poderá ocorrer sempre que se constatarem altas habilidades ou apropriação pessoal de conhecimento por parte do aluno, igual ou superior a 70% dos conteúdos de todas as disciplinas ou áreas de estudo oferecidas na série/ano ou curso em que o aluno estiver matriculado.

Art. 15 A proposição do avanço nos cursos ou séries/anos caberá ao estabelecimento de ensino, devendo ser ouvidos o aluno, os pais ou responsáveis.

Art. 16 A avaliação de aluno de que trata o art. 14 deverá ser planejada, elaborada e operacionalizada por banca constituída por membros do corpo docente da instituição, designada pela direção do estabelecimento de ensino, e ter o resultado apreciado pelo Conselho de Classe nos termos do inciso V, do art. 18.

Parágrafo único. A unidade escolar deverá guardar, em seus arquivos, as atas específicas em que foi registrada, pela banca, a avaliação prevista no *caput* deste artigo e em que foram apreciados, pelo Conselho de Classe, os resultados da citada avaliação.

Além dessa modalidade, poderá também promover a classificação/reclassificação, conforme estabelece a mesma resolução:

CAPÍTULO V

Da Classificação e Reclassificação

Art.17

Entende-se por classificação/reclassificação, posicionamento/reposicionamento do aluno que permita sua matrícula na série/ano adequada, considerando a relação idade-série/ano.

§ 1º Para qualquer série/ano, além dos critérios de promoção e transferência, poderá ser efetuada a classificação ou reclassificação do aluno, independente de escolarização anterior, tomando por base sua experiência e grau de desenvolvimento pessoal.

§ 2º A reclassificação tomará como base as normas curriculares gerais, cuja sequência deve ser preservada, e se constatar apropriação de conhecimento por parte do aluno, superior a 70% dos respectivos conteúdos, a escola deverá proceder de conformidade com a normatização estabelecida no Capítulo IV.

Com relação à avaliação de alunos com necessidades especiais, a escola deverá oferecer proposta pedagógica e avaliação diferenciada, sendo que os alunos que apresentarem laudo médico terão atendimento especializado na sala multifuncional, conforme prevê a legislação a Resolução Estadual 158 art. 6

§ 11 O Projeto Político Pedagógico deverá prever adequações curriculares e adoção de estratégias, recursos e procedimentos diferenciados, quando necessário, para a avaliação da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, em atendimento à Resolução CEE/SC nº 112/2006.

III.X. Metodologia do Ensino Fundamental

A organização do trabalho pedagógico da Escola de Ensino Fundamental "Oscar Maluche" partirá do planejamento anual dos professores da escola com sua programação específica e calendário de datas especiais para eventos e reunião pedagógicas, levando em consideração os projetos e a participação em eventos científicos e culturais da escola e demais entidades.

O planejamento explicitará as disciplinas, os objetivos, os conteúdos, a forma de avaliação e todo o material didático necessário para a realização dos trabalhos.

O calendário escolar que estabelece 200 dias (800 horas) de efetivo trabalho escolar será amplamente discutido e elaborado por toda a equipe de professores e funcionários. No calendário (sugerido pela SEME) estão definidos os dias das reuniões pedagógicas dos conselhos de classe, das reuniões de pais, entrega de avaliações, eventos, homenagens, entre outros.

O ato pedagógico não acontece isoladamente, os professores atuam em constante diálogo para poder oferecer aos alunos um bom e agradável ambiente de ensino, para que eles possam obter a aprendizagem dos conteúdos necessários.

Aos alunos com dificuldade de aprendizagem verificada pelos professores serão encaminhados à orientação pedagógica da escola. Para obtermos eficácia no desenvolvimento das ações pedagógicas, necessitamos estar em constante diálogo com as famílias visto que a criança é um ser em formação, cabendo aos pais em parceria com a escola orientar a criança para a vida em sociedade.

O espaço físico escolar é um dos fatores relevantes no processo de ensino-aprendizagem, é nele que ocorre a prática de educação física, as brincadeiras de início das aulas, na hora do recreio este espaço se constitui de atividades prazerosas que auxiliam e desenvolvem a capacidade de expressão, com vivência coletiva, socialização e raciocínio.

Sentir-se bem no ambiente de aprendizagem, ser aceito e valorizado como ser que pensa, sente, conhece, apresenta-se como o alicerce de uma relação educativa em que a afetividade se faz presença. O eu com todas as suas representações infere e é inferido através das relações/interações que estabelece na processualidade de fazer-se em meio a coletividade. É a afetividade que desenha o grau de intensidade que o nosso eu infere sobre o objeto a conhecer. Esta é "caracterizada por suas composições energéticas com cargas distribuídas sobre um objeto ou um outro segundo as ligações positivas ou negativas" (PIAGET, 1983, p. 226). Portanto, a relação e a interação que se estabelece no cenário da aprendizagem é *locus* de gravitação da energia que impulsiona as ações.

A prática pedagógica, nesse contexto, apresenta-se como um desafio permanente, um laboratório natural, instigador, que requer constantes adaptações e articulações entre o vivido e o aprendido, a pesquisa e a descoberta, o saber, o fazer e o ser no cotidiano escolar.

Partindo desta proposta, o espaço escolar deve proporcionar a reflexão e exploração de situações cotidianas, atividades lúdicas, práticas significativas de leitura e escrita. "A escola deve intensificar, nas atividades de sala de aula, a convivência constante com as produções gráficas utilizadas no meio cultural, conforme o contexto social em que foram produzidas, funções do registro, divulgação de informações e conhecimentos, lazer, comunicação, identificação, expressão de sentimentos e vivências". (Proposta Curricular de Santa Catarina. Disciplina, 1998,p.36)

Temos que possibilitar ao aluno a elaboração, o confronto e a reelaboração de conceitos, favorecendo o reconhecimento, a utilização e a percepção da importância

das diferentes formas de expressão como algo necessário para o convívio em sociedade.

Dentro desse contexto o professor é alguém que exerce um papel fundamental no processo de construção do sujeito, é um cientista que trabalha diariamente com seus alunos e deve transformar a sala de aula em um ambiente estimulador das mais variadas situações para que a criança/adolescente possa interagir e manifestar os seus conhecimentos, a sua leitura de mundo.

Cada professor tem liberdade de desenvolver projetos de estudo em sua área. Eles contam com amplo material didático e de apoio pedagógico, com uma biblioteca contendo um acervo significativo de obras para pesquisa e leitura, facilitando o trabalho e oferecendo aos alunos o acesso às informações.

Percebemos, no entanto, que professores que tem maior número de aulas, ou seja, aqueles que estão diariamente na escola tem maior facilidade em integrar com outras disciplinas projetos de estudo do que outros professores que estão na escola apenas um ou dois dias por semana. Essa integração entre as áreas de conhecimento é um passo importante para o entendimento de que o conhecimento é algo inteiro, sem fragmentação, onde assuntos podem ser explorados amplamente por todas as áreas, sem estabelecer limites.

Além do trabalho de apoio da agente da sala de leitura e escrita, a escola também conta com o trabalho de Coordenação Pedagógica no atendimento aos alunos e professores nos aspectos pedagógicos e aos pais, na busca de estabelecer parcerias na educação das crianças.

O trabalho realizado nas áreas de conhecimento abrangem uma série de atividades pautadas no pressuposto de que a realidade do aluno é o ponto fundamental a ser considerado no processo de aquisição da língua falada e escrita.

A formação de conceitos acontece através da interação entre professores e alunos. Pelo diálogo, os alunos têm a oportunidade de colocar suas ideias a respeito da realidade e confrontá-las com os conceitos elaborados durante o decorrer da história (conhecimento científico).

A exploração da linguagem em sala de aula, principalmente nas séries iniciais, é muito importante para a formação e enriquecimento do vocabulário, fator fundamental para o enriquecimento também das produções escritas.

As atividades são diversificadas e entre elas podemos destacar:

- dramatizações
- produções de textos
- pesquisas
- leitura de diversificados gêneros textuais
- reportagens
- aulas expositivas
- trabalhos e pesquisas na biblioteca
- jogos
- atividades práticas desportivas
- gincanas
- exposições
- jogos internos
- participação em competições municipais
- visitas aos pontos turísticos
- trabalhos em parcerias com outras instituições sociais
- passeios recreativos e de cunho pedagógico, entre outras.

Os educandos e educadores da E.E.F.O.M. desejam encontrar possibilidades físicas e apoio pedagógico para realizarem seu trabalho. Além dos recursos materiais disponíveis necessitam disponibilizar de recursos humanos que auxiliem e possibilitem a realização de seus projetos.

Pretendemos apoiar a prática de projetos que possibilitem a integração das áreas de conhecimento, desenvolvendo com alunos e com a comunidade, temas que fazem parte da vida cotidiana, como por exemplo, os temas transversais: a prevenção às drogas, saúde, educação sexual e cidadania.

Acreditamos que o processo educativo acontece de melhor forma e com qualidade através da participação coletiva, sendo que essa ideia deva ser comum em nossa escola; que o trabalho participativo seja objetivo de todas as áreas do conhecimento.

É claro para nós, que trabalhamos com educação, que cada professor tem sua postura pedagógica. O que objetivamos é que cada um, com suas diversidades, possa contribuir para o crescimento do outro, através da troca de experiências.

III.XI. Finalidades e objetivos do ensino fundamental

Ressaltamos o que diz a LDB em relação aos princípios e fins da educação:

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 32º - O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A escola de ensino fundamental deve proporcionar ao educando o desenvolvimento das habilidades de observação, interpretação, julgamento e conclusões próprias, despertando o espírito crítico, através de sua própria curiosidade, para que este busque explicar e questionar a sua realidade. Assim, também ouvir, falar, redigir, aperfeiçoando sua linguagem oral e escrita dentro do espaço em que está inserido.

Fundamentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, destacamos habilidades, competências e capacidades que o educando deverá desenvolver:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício dos direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e tomar decisões coletivas;
- Conhecer características sociais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir, progressivamente, a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;

- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesma e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.
- Conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos, saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e a saúde coletiva;
- Utilizar diferentes linguagens (verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal) como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- Saber utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimento;
- Questionar a realidade formulando problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

2.2.7.2.1 O Ensino Fundamental de Nove Anos

Conforme o PNE (Plano Nacional de Educação), a determinação legal (Lei nº 10.172/2001, meta 2 do Ensino Fundamental) de implantar progressivamente o Ensino Fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos de idade no 1º ano, tem duas intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no

sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”.

O Município de Brusque está em consonância com a nova lei, pois todas as escolas municipais da rede de ensino possuem o ensino fundamental de nove anos. Com isso, a Escola de Ensino Fundamental “Oscar Maluche” já oferece turmas do 1º ao 9º ano.

Na matriz curricular do Ensino Fundamental de 9 anos, de 1º ao 5º ano (anos iniciais) não há divisão de carga horária, pois o professor desenvolve atividades com os conceitos da Base Comum, com exceção das disciplinas de Educação Física e Arte (conforme quadro) e no 5º ano acrescenta-se uma Língua Estrangeira (Inglês). A direção, professores e funcionários da escola devem estar conscientes de suas responsabilidades e propósitos para esse novo ensino, pois esta ação requer planejamento e diretrizes norteadoras para o atendimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, além de metas para a expansão do atendimento, com garantia de qualidade. Essa qualidade implica assegurar um processo educativo respeitoso e construído com base nas múltiplas dimensões e na especificidade do tempo da infância.

É necessário assegurar que a transição da educação infantil para o ensino fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização.

Assim a escola “Escola Oscar Maluche” organiza a acolhida das crianças de seis anos no ensino fundamental. Os professores em reunião pedagógica fazem leituras e discutem sobre o planejamento, objetivos, avaliação, entre outros. Através dessa construção cotidiana da prática educativa os professores podem fazer escolhas, criar, recriar, pesquisar, avaliar e experimentar as suas opções. Tudo isso para que as crianças se sintam inseridas e acolhidas num ambiente prazeroso e propício à aprendizagem. Desde o ano de 2013 o Governo Federal lançou o Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa, este que é um compromisso formal assumido pelo Governo Federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3ºano do ensino fundamental.

IV. Conteúdos de Aprendizagem

O significado da palavra aprendizagem em estado de dicionário. Encontra-se: “1. Ato, processo ou efeito de aprender; aprendizado. 2. Duração desse processo; aprendizagem. 3. Experiência inicial do que se aprendeu; prática, experiência” (HOUAISS; VILLAR, 2001), trazemos também a definição de aprendizagem para Piletti (1997), o qual a descreve como um processo de aquisição de novas formas de perceber, ser, pensar e agir.

Para Cagliari apud Monguilhott (2008, p. 27)

Nenhum professor pode aprender por seus alunos, cada criança deverá aprender por si só ou na interação com o outro. (Fiquei na dúvida com essa afirmação deveríamos debater). Assim, a aprendizagem será sempre um processo heterogêneo, ao contrário do ensino, que tende à uma prática de homogeneização. Para o mesmo autor, as escolas que se apegam demais ao processo de ensino, em detrimento do processo de aprendizagem, mantêm as classes homogêneas.

Conforme postula Cagliari (1998, p. 37) “Não é porque o professor ensina que o aluno aprende. Aprender depende das condições do sujeito, dos seus interesses”.

Nosso conceito de aprendizagem prima pelo objetivo de que esta seja significativa e valorize os saberes que a criança já possui (PIAGET). Dessa forma, o conhecimento construído com e pela criança deve conduzi-la dos conhecimentos espontâneos aos conhecimentos científicos (VYGOTSKY).

Nessa visão de aprendizagem, a criança deve aprender de corpo inteiro (FREIRE, 1989), ter efetivamente incluído em seu processo de ensino-aprendizagem, a sua corporeidade.

Para uma aprendizagem significativa e integrada à criança é necessário que a mesma, vivencie-se e vivencie com seus pares as diversas experiências pedagógicas, para que assim, percorra da ação à operação (PIAGET), dos níveis inferiores aos níveis superiores do pensamento (VYGOTSKY).

O processo de aprendizagem abrange três momentos;

- SOCIALIZAÇÃO: troca entre a criança e outro ou outros sujeitos ou ainda objetos;
- INDIVIDUALIZAÇÃO: interpretação, reelaboração desse objeto ou troca;
- INTERAÇÃO: relacionamento com o mundo exterior, com mais um conhecimento assimilado.

Respeitando esses três momentos se oportuniza a apropriação do conhecimento gradativamente, onde o sujeito ampliará e rever sua forma de ler o mundo e representá-lo.

Tanto o aluno quanto o professor tem papel fundamental e ativos na

aprendizagem. O aluno como sujeito pensante, questionador, que estabelece relações com os demais sujeitos e objetos do conhecimento. O professor como sujeito que instigará e provocará a curiosidade na busca de informações do meio, do conhecimento científico.

Um professor que busca, planeja, é criativo na elaboração das atividades, que conhece a realidade do aluno e verdadeiramente seja comprometido com o que faz certamente contribuirá para que os sujeitos não apenas decodifiquem símbolos, mas que também se tornem leitores da realidade que os cercam, cidadãos participantes da história, contribuindo na construção da sociedade para uma coletividade harmoniosa e cooperativa. Esperar isso é sem dúvida uma utopia, mas como diz o grande professor Ubiratan D'Ambrosio: como ser educador sem ter uma utopia?

A respeito do que considera ideal para nortear a Educação, a autora comenta,

O ideal educativo define-se, assim, para nós, em formar o homem para ser verdadeiro, ser livre e ser com-os-outros na justiça. Essa dimensão ideal, no entanto, em nossa concepção de educação, não é fruto de uma imaginação desligada das condições reais – o que faria com que permanecesse no plano ideal – mas, sim, emerge da práxis humana concreta e historicamente determinada (p. 121 e 122).

Esses três valores – verdade, justiça e liberdade – vão ser as referências para a Educação Transformadora. São valores que implicam grande comprometimento tanto de professores quanto de alunos. Para Gonçalves “A Educação transformadora incentiva o desenvolvimento da criatividade, pois esta última está no cerne mesmo da transformação pessoal e social” (2006, p. 128).

Em relação aos três valores essenciais de uma Educação com o objetivo de transformação social, a autora acima mencionada apresenta vários argumentos em seu livro “Sentir, pensar e agir: corporeidade e educação”, desenvolvendo e esclarecendo estes temas. A seguir, apresentamos apenas algumas citações da autora, a fim de sintetizar suas ideias sobre cada um dos valores.

Os conteúdos desenvolvidos nos planejamentos anuais de cada disciplina estão fundamentados na Proposta Curricular do Município, sendo que este documento foi elaborado pelos professores de cada área em frequentes reuniões de estudo. Os conteúdos estão de acordo com a base comum estabelecida nacionalmente pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, com ênfase à região sul na disciplina de Geografia, mais especificamente no 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos. Este conteúdo específico para cada região do país vem amparado pelo livro didático enviado pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Os conteúdos nas demais

estão amparados pela LDB 9394/96, em seus artigos específicos sobre a Educação Básica:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. (Redação dada pela Lei nº 12.287, de 2010)

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das

matrizes indígena, africana e europeia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da do 1º ano, o ensino de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da SEME.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

V. MARCO CONCEITUAL: DEFINIÇÃO DAS BASES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

V.I. Concepção Filosófica Pedagógica

A educação permite o crescimento, a socialização e a participação consciente do aluno, contextualizada num mundo em profundas mudanças, possibilitando a

construção de novos conhecimentos que os tornem capazes de enfrentar a realidade, sendo dinâmicos, construtores, críticos, com perspectivas, alternativas e opiniões próprias, aptos a questionar e a solucionar seus problemas.

A escola apresenta-se como instituição que favorece o acesso à cultura, despertando no educando o gosto pelo conhecimento, oferecendo condições para o seu desenvolvimento integral, auxiliando-o a adquirir habilidades de desenvolver seu pensamento crítico, buscando conhecimento através da pesquisa e investigação, que levem como base para sua vida valores como justiça, verdade, solidariedade e respeito.

V.II. Concepção de Escola

A escola é o espaço ideal para o desenvolvimento das relações sociais. É na escola que a criança interage com os grupos de sua idade, cria laços de amizade e convivência.

Além disso, é na escola que a criança aprende a sistematizar o conhecimento que faz parte de seu currículo oculto, onde ela aprende a pesquisar, a descobrir, a procurar formas de desenvolver o seu conhecimento.

É extremamente necessário que a instituição escolar garanta um conjunto de práticas planejadas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva. A escola é uma instituição social com o propósito de propiciar as crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade.

De acordo com seus objetivos educacionais a maior prioridade de uma instituição de ensino é oportunizar o acesso ao conhecimento. Tendo este princípio como base, é essencial planejar ações que determinem este fim. Cada procedimento pedagógico realizado na escola busca a aprendizagem dos alunos com a aquisição de valores tão necessários à formação da cidadania.

A prioridade da escola é tornar o ensino acessível a todos, sem discriminação, respeitando a legislação vigente no que se refere à idade obrigatória para o Ensino Fundamental de 9 anos, a lei de zoneamento, no atendimento às crianças com necessidades especiais.

Nesse sentido, buscamos diminuir o índice de reprovações, bem como o índice de defasagem idade/série, de acordo com as orientações estabelecidas na Resolução 158, que trata deste tema.

Os aspectos materiais também são importantes para melhorar a qualidade de atendimento aos alunos.

V.III. Concepção de Educação

Antes de abordarmos especificamente a Educação, julgamos conveniente mencionar algo sobre pedagogia. Esta, para Aranha (1996, p. 239) “É uma teoria geral da educação. Do grego pais, paidos, ‘criança’, e agogé, ‘conduzir’. Inicialmente o termo indica a condução da criança, que em nosso entendimento é rumo ao conhecimento. Historicamente o termo se atualizou e modificou, visto que hoje não consideramos pedagogo apenas aquele que ensina crianças e sim, o que ensina em qualquer idade (jovens, adultos, longevos).

Para Gonçalves (2006) uma das definições de Educação é: “prática pela qual se pretende atuar sistematicamente sobre indivíduos e grupos sociais, com a intenção de possibilitar a formação de sua personalidade e sua participação ativa na sociedade” (p. 119). A autora comenta que este conceito é muito abrangente e de difícil verificação na prática. Apesar disso, acreditamos que o mesmo tem sua validade, pois esclarece sobre a atuação da educação formal, quando menciona “atuar sistematicamente”, ou seja, enquanto educadores devemos planejar, organizar adequadamente nossas ações; estabelecer objetivos, metodologias de ensino etc.

Fazendo eco às ideias de Gonçalves (2006), defendemos uma Educação que proporcione possibilidades iguais a todos e que, principalmente, contribua na transformação de nossa sociedade para uma coletividade harmoniosa e cooperativa. Esperar isso é sem dúvida uma utopia, mas como diz o grande professor Ubiratan D’Ambrosio: como ser educador sem ter uma utopia?

A respeito do que considera ideal para nortear a Educação, a autora comenta,

O ideal educativo define-se, assim, para nós, em formar o homem para ser verdadeiro, ser livre e ser com os outros na justiça. Essa dimensão ideal, no entanto, em nossa concepção de educação, não é fruto de uma imaginação desligada das condições reais – o que faria com que permanecesse no plano ideal – mas, sim, emerge da práxis humana concreta e historicamente determinada (p. 121 e 122).

Esses três valores – verdade, justiça e liberdade – vão ser as referências para a Educação Transformadora. São valores que implicam grande comprometimento

tanto de professores quanto de alunos. Para Gonçalves “A Educação transformadora incentiva o desenvolvimento da criatividade, pois esta última está no cerne mesmo da transformação pessoal e social” (2006, p. 128).

Em relação aos três valores essenciais de uma Educação com o objetivo de transformação social, a autora acima mencionada apresenta vários argumentos em seu livro “Sentir, pensar e agir: corporeidade e educação”, desenvolvendo esclarecedoramente estes temas. A seguir, apresentamos apenas algumas citações da autora, a fim de sintetizar suas idéias sobre cada um dos valores.

Sobre o valor liberdade, Gonçalves (2006) afirma que “A Educação transformadora tem como fim a concretização do valor liberdade [...]. O conceito de liberdade está vinculado ao conceito de responsabilidade, de dever, de compromisso com os outros, pois ninguém pode ser efetivamente livre se os outros não o são” (p. 126).

O que tange o valor justiça a autora reporta-se à nossa condição de coletividade e de pessoa. Em suas palavras:

A Educação transformadora tem como fim a concretização do valor justiça – Afirmar a justiça como um modo de ser que aspiramos ver realizado na vida comunitária significa reconhecer, em todos os homens, o direito à satisfação de suas necessidades materiais e espirituais, direito esse fundado em seu reconhecimento como pessoa (GONÇALVES, 2006, p. 128 e 129).

Finalmente sobre o último tópico, a autora comenta que a Educação transformadora

[...] tem como fim a concretização do valor verdade – A verdade como valor fim está no cerne de toda a ação educativa. A verdade pessoal, que significa a identidade consigo próprio, deve ser um dos objetivos da Educação transformadora: auxiliar o aluno a encontrar a própria identidade, isto é, a ser idêntico a si próprio, o que equivale a dizer, a ser autêntico (Idem, p. 132).

Podemos dizer que esta última pode concretizar o que indica a autora na qual estamos nos fundamentando, pois para Gonçalves (2006) “A Educação transformadora, buscando a formação.

V.IV. Concepção de Homem

O homem que discutimos é um ser social e histórico, que se referencia nas abordagens sociointeracionistas de Piaget e Vygotsky. Nesse sentido, cabe salientar que ao propor um diálogo teórico entre esses dois autores, buscamos desmitificar a não-aproximação entre eles para a fundamentação das ações pedagógicas, uma vez

que em nossa concepção, é possível nos servirmos de ambos, sem fazermos uma confusão epistemológica. Para essa aproximação, faz-se necessária uma leitura mais cuidadosa desses dois grandes autores. O homem é um sujeito que se constitui enquanto tal na interação com seus pares e no convívio de sua cultura, e tem como seu maior atributo e principal diferencial em relação aos outros animais, a sua **imaginação** (GEHLEN, 1987). Esta última possibilita-lhe transcender suas carências biológicas e sociais. Utilizando-a, transforma a natureza para poder viver. Para Vygotsky, a atividade, que acima de tudo distingue os humanos dos animais, é a significação. “A significação é a criação e o uso de signos, ou seja, de sinais artificiais. Imaginação e significação relacionam-se intimamente, visto que a primeira está contida nas funções psicológicas superiores o que também acontece com a significação. Segundo o homem na perspectiva sócio interacionista, homem e mundo são analisados conjuntamente, já que o conhecimento é produto da interação entre sujeito e objeto, não se enfatizando pólo algum da relação, como ocorre nas abordagens tradicionais, comportamentalista, humanista.

Para Piaget o ser humano se desenvolve por fases que se inter-relacionam e se sucedem até que se atinjam os estádios da inteligência caracterizados por maior mobilidade e estabilidade. Ainda para Piaget “O ser humano, como todo organismo vital, tende a aumentar seu controle sobre o meio colocando-o a seu serviço. Ao fazê-lo modifica o meio e se modifica”.

O homem é um ser que possui raízes espaço-temporais e um ser situado no mundo e com o mundo. É um ser de práxis, compreendida por Freire (1974) como: ação e reflexão dos homens, sobre o mundo, com o objetivo de transformá-lo.

Para essa abordagem o homem chegará a ser sujeito através da reflexão sobre seu ambiente concreto: quanto mais ele reflete sobre a realidade, sobre sua própria situação concreta, mais se torna progressiva e gradualmente consciente, comprometido a intervir na realidade para mudá-la. Esse é um caminho adequado para que ele atinja sua autonomia. Capacidade esta que está no foco de nossa Educação Brusquense, por entendermos que um homem autônomo aprende melhor, relaciona-se melhor, enfim, vive e interage melhor com e no mundo.

Também nessas Diretrizes nos subsidiamos na Teoria da Enunciação defendida por Bakhtin (2004). Nessa teoria o autor postula que a alteridade define o ser humano, sendo que o outro é imprescindível para sua concepção. É impossível pensar no

homem fora das suas relações que o ligam ao outro. Para este autor, a estrutura da enunciação é inteiramente realizada pelas relações sociais. É nessa atmosfera heterogênea, que o sujeito mergulhado nas múltiplas relações e dimensões da interação sócio ideológica, vai se constituindo discursivamente pela assimilação de vozes sociais e nas inter-relações dialógicas.

V.V. Concepção de Sociedade

Em meio a um mundo onde a informação é diversificada e veiculada rapidamente, não é mais concebível que a escola fique a margem dos novos acontecimentos, numa posição de passividade e de atraso informacional.

O aparecimento da sociedade de informação corresponde a um duplo desafio para a democracia e a educação, e que estes dois aspectos estão intimamente ligados.

O mundo econômico atual reclama cada vez mais qualificações e competências. O mundo científico reclama dotações para a pesquisa e para o ensino superior de alto nível, gerador de jovens pesquisadores. O mundo da cultura e do ensino quer meios para o desenvolvimento da escolarização e da formação geral. Finalmente, as associações de pais querem sempre uma educação de qualidade, isto é, cada vez mais e melhores professores.

As sociedades atuais são pois, todas pouco ou muito, sociedades da informação nas quais o desenvolvimento das tecnologias pode criar um ambiente cultural e educativo suscetível de diversificar as fontes do conhecimento e do saber.

Na atual sociedade, o professor já não pode, com certeza, ser considerado como único detentor de um saber que apenas lhe basta transmitir. Torna-se de algum modo, parceiro de um saber coletivo, que lhe compete organizar situando-se decididamente, na vanguarda do processo de mudança.

V.VI. Concepção de Professor

O professor deve perceber-se como um indivíduo em formação assim como seus alunos. Sua prática deve promover à teoria tendo sempre presente a reflexão

como elemento de avaliação e de novos caminhos. A livre expressão da criança é que servirá de balizador do processo, com vistas à ascensão da vida.

É válido e apropriado afirmar que ensinar e aprender são o estabelecimento de uma relação que causa efeito, é o produto da troca das informações e experiências pessoais entre aprendiz e mestre.

Para Freire (2002), quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Portanto, a tarefa docente não é apenas ensinar os conteúdos, mas, sobretudo, ensinar a pensar, a trabalhar os conteúdos criticamente, criativamente, rigorosamente, humildemente, de forma inquietante e persistente. A ação pedagógica deve acontecer por meio da participação entre os professores, alunos, pais, ou seja, a comunidade escolar, com pesquisas e questionamentos, dando voz a cada um deles.

Nesse sentido, os resultados serão marcantes e especiais na medida em que marcantes e especiais forem o empenho, a responsabilidade e as influências de quem ensina aprendendo e de quem aprende se educando.

O trabalho docente deve ter como objetivo, o favorecimento de práticas interdisciplinares, numa proposta construtivista e sócio interacionista, o professor deve buscar o modo criativo e direto de atuar oferecendo as crianças aprender através dos jogos, brincadeiras, teoria e prática, o que pode vir a melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

O professor além do curso especializado para exercer esta profissão deve ter a oportunidade de formação continuada e na escola temos esse espaço para dialogar, bem como, formações realizadas pela secretaria de educação, no qual possibilita ao docente a aquisição de conhecimentos específicos da profissão, se tornando assim seres mais capacitados a atender as exigências impostas pela sociedade, exigências estas que se modificam com o passar dos tempos, tendo então o educador que estar constantemente atualizado.

V.VII. Concepção de criança

Vemos a criança como um ser em pleno desenvolvimento de suas capacidades e habilidades, contextualizada em uma sociedade real, concreta, que precisa lhe proporcionar condições de viver, brincar e aprender.

A criança é um ser que nasce e cresce interagindo num ambiente social,

biológico e histórico.

No decorrer dos anos, vemos essa criança se desenvolvendo dentro do ambiente escolar, numa interação com os demais que muito influenciam seu processo evolutivo. A escola proporciona a criança, além do contato social, o contato com o conhecimento sistematizado.

Desde o nascimento o bebê necessita interagir com a mãe e todos que estão em seu entorno. “Essa necessidade do outro se relaciona ao fato de que, dentre todas as espécies, o bebê humano é aquele que nasce com maior imperícia, imaturidade e incompletude, sendo incapaz de sobreviver sozinho” (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p. 24). Inicialmente essa interação é restrita à família e um número limitado de pessoas. À medida que a criança cresce esse círculo de relações se expande *ad infinitum*. Essa expansão será tanto maior quanto mais desejar ampliar seus contatos com outras pessoas.

As concepções de criança e infância são noções que mudam ao longo dos tempos e se encontram em permanente reelaboração. Essas não se apresentam de forma homogênea nem mesmo no interior de uma sociedade e época. O conceito de criança e de infância sofre variações, dependendo da posição da família na estrutura socioeconômica, das concepções religiosas e das linhas não hegemônicas que o atravessam. Para Deleuze e Gatarri apud Silveira (2005, p. 17) “Os conceitos não param de mudar, eles têm sua maneira de não morrer e são submetidos às exigências de renovação, de substituição e de mutação, por forças que são postas em jogo”.

Tendo em vista que os conceitos se modificam e sofrem influência do meio social, não adentramos na história da criança e da infância, mas é importante termos claro que a criança não foi sempre vista e considerada da maneira que o fazemos hoje. Essa já foi vista e tratada como um adulto em miniatura; frequentava sem qualquer diferenciação ambientes ocupados pelos adultos e participava de vários segmentos sociais sem que se tivesse um cuidado especial para isso. Além disso, não se dava relevância à sua individualidade. Parecia que todas as crianças eram iguais (ARIÈS, 1981).

Entendemos a criança com um sujeito de direitos; ser histórico e social, produtor e consumidor de conhecimento e de cultura; sensível e ativa; tem voz própria que deve ser ouvida e considerada; pesquisadora e construtora de significados e conhecimentos; alguém que vive a primeira etapa da vida; psicologicamente capaz e

socialmente vulnerável (ARRUDA; GALVÃO, 2008). Entender o sujeito dessa forma é considerar sua capacidade de pensar, de expressar-se e suas formas de compreender o mundo, construídas historicamente na cultura do meio social em que vive.

V.VIII. **Avaliação**

A avaliação da EEFOM está centrada no processo de desenvolvimento de cada ação e não somente no produto final. Cada ação pedagógica e seus efeitos serão avaliados constantemente por educandos e educadores, destacando os avanços e superações dos envolvidos nesse processo.

Nessa perspectiva, adotamos uma avaliação diagnóstica, emancipatória e formativa, fazendo com que todos participem do processo avaliativo, tomando decisões e conseqüentemente tornando-se comprometidos e responsáveis pela mesma.

Assim sendo, objetivamos ter a avaliação como instrumento de acompanhamento e transformação do processo ensino-aprendizagem, centrados na observação, no registro, na análise, na comunicação e tomada de decisões, possibilitando à escola definir as ações pedagógicas decorrentes dos resultados da avaliação.

Para chegar a um diagnóstico avaliativo, o educador da EEFOM utilizará alguns critérios, que visam uma observação global do desenvolvimento do aluno durante todo o processo. Tais critérios estão de acordo com as habilidades e conteúdos de cada ano. Sendo que a avaliação define-se como contínua, integral, processual, considerando a evolução do aluno, sendo o seu desempenho analisado com base numa visão global dos trabalhos realizados.

O ano letivo é dividido em três Trimestres, sendo que o desempenho escolar do aluno será registrado da seguinte forma:

1º ao 5º ano - somente boletins, sendo que a média mínima para aprovação é 6,0 (seis).

5º ao 9º ano – somente boletins, sendo que a média mínima para aprovação é 6,0 (seis).

Durante o ano é oferecida recuperação paralela para os alunos que não atingiram a média, objetivando recuperar e esclarecer dificuldades em determinados conteúdos. É compromisso do professor oferecer esta modalidade de recuperação, de acordo com o artigo 24, inciso V, alínea “e” da LDB9.394/96 e resolução 158/2008, capítulo II:

Com relação aos instrumentos para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, seguirá as normativas estabelecidas pela Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Brusque, com as seguintes orientações para os componentes avaliadores:

- No mínimo 3 (três) avaliações trimestrais, sendo operatória, individual e sem consulta.

VI. Educação Inclusiva

O AEE é um atendimento educacional especializado, adaptado na estrutura e nos seus recursos pedagógicos, que visa atender os alunos com necessidades educativas especiais no contra turno no intuito de que a partir de atividades lúdicas pedagógicas o aluno possa desenvolver-se nas áreas cognitiva, afetiva e social.

VI.I. Público alvo do AEE:

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento que apresentam um quadro de alteração no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação e nas estereotipias.

Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, transtorno desintegrativo da infância (psicose infantil) e transtornos invasivos sem outra especificação.

Para atuação no AEE, o professor(a) deverá ser Licenciado(a) em Educação Especial.

Atribuições do professor no AEE:

1- Identificar elaborar produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos.

2-Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

3- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional, os quais nunca deverão ser menores que dois por semana com carga horária de no mínimo uma hora dia por atendimento.

4-Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola.

5-Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

6- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

7- Ensinar e usar recursos de tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia atividade e participa

8- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula do ensino regular visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

9- Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

10- Participar da elaboração do Projeto Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino.

11- Cumprir o calendário proposto pela SEME além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12- Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos trabalhos e atividades ministradas diariamente, as ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino e aprendizagem, disponibilizando quando necessário para a escola regular, SEME e outros profissionais da saúde.

13- Elaborar pareceres, informes e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação ou sala de aula.

14- Participar de cursos, encontros, seminários, com a finalidade de participar de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros.

15- Manter permanentemente contato com pais ou responsáveis dos alunos, juntamente à coordenação, da escola de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno.

16- Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos alunos, quanto ao que se refere aos seus outros direitos.

Como acontecerá o trabalho na escola:

- Observação nas salas, bem como nas aulas de Educação Física, Artes e durante o recreio, não só observando os alunos em seu processo de assimilação dos conteúdos, mas também tudo o que envolver adaptações no espaço físico que este se encontra.

- Exposição a todos os alunos sobre qual será a minha função;
- Conversa e orientação aos professores;
- Avaliação prévia dos alunos;
- Organização classificatória: alunos que já possuem laudo médico, alunos com visíveis limitações, mas que ainda não foram avaliados por profissionais, alunos que já frequentam uma Instituição Especializada em Educação Especial;

- Fazer os agrupamentos considerando tipo de deficiência, idade, horário de escolarização, matutino ou vespertino.

- Conversar com os pais destes (entrevista anamnese).
- Encaminhamento dos alunos que ainda necessitam de avaliação feita por uma equipe técnica especializada.

- Os atendimentos acontecerão no contra turno duas vezes por semana uma hora de atendimentos individuais ou em pequenos grupos .

- Avaliação contínua dos alunos.
- Elaboração de material adaptado para os alunos que necessitam de adaptações.

- Registro diário das experiências vivenciadas na sala de recursos

multifuncionais (AEE).

- Constante socialização com os professores.

VII. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Rede Municipal de Educação de Brusque

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) vêm imprimindo modificações profundas e de alcance global na sociedade atual, criando e transformando o comportamento das pessoas, possibilitando novas formas de interação, produção e acesso à informação, além de formarem novos mercados, as TDIC têm criado novos alicerces para a Educação e pode-se dizer que têm potencialidade para transformá-la, e até mesmo revolucioná-la.

As TDIC se apresentam como ferramentas para aprimorar os processos de ensinar e aprender, como complementos que ampliam as atividades pedagógicas e/ou dão condições para que novas formas desses processos possam ser aplicadas. Com base nessas concepções, pode-se então afirmar que as TDIC sempre devem ser percebidas como um meio para os processos pedagógicos, e nunca como um fim. A ideia de meio nos remete ao cenário em que ensinar e aprender acontece independente de qualquer ferramenta ou tecnologia fundamenta-se na mediação, e não dependem exclusivamente de recursos tecnológicos para acontecerem. Por outro lado, na perspectiva de amplificar os processos de ensinar e aprender, não é possível concebê-los sem o uso efetivo das tecnologias na educação, principalmente, aquelas mediadas pelo uso do computador.

Nesse sentido, podem-se apresentar duas grandes ações diante das tecnologias no cotidiano escolar: 1) podem servir como suporte ao docente, para o planejamento, organização e ampliação de sua ação pedagógica, numa espécie de plano de fundo à ação educacional propriamente dita; e, 2) podem ter aplicação direta com os discentes e modificar por meio dos recursos tecnológicos a pedagogia que se aplica ao fazer educacional. Ambas as ações são parte do cotidiano escolar nessa perspectiva, porque essas se completam numa relação dialógica, alicerçando o fazer educacional baseado em tecnologias digitais.

As ações que envolvem a prática das tecnologias educacionais no cotidiano das escolas devem estar em sintonia com a missão da Secretaria de Educação e, portanto, trabalham para que possamos atingir a excelência na Educação. Para tanto,

o foco das tecnologias educacionais, seu sentido de existir dentro da escola, é de melhorar a qualidade do ensino oferecido pela Rede Municipal de Educação, em todas as suas esferas. Assim, os recursos tecnológicos devem ter como meta aperfeiçoar os processos de ensinar e aprender, permitindo aos estudantes melhores condições para se inserirem no mundo como cidadãos conscientes e verdadeiramente autores de suas histórias, num mundo global.

É importante ressaltar que os trabalhos realizados pelos professores, mediados pelo uso do computador ou das demais tecnologias presentes nas Escolas seguem os mesmos princípios pedagógicos que norteiam as ações educacionais na Rede Municipal de Educação de Brusque, apresentados nas Diretrizes Curriculares Municipais. Isso significa dizer que a utilização desses recursos estão embasados em teorias da aprendizagem que fundamentam essa prática; portanto, trata-se efetivamente de uma ação pedagógica, contemplada particularmente nos planos de ensino dos professores, e compreendida como mediadora para o desenvolvimento do currículo escolar.

Na Rede Municipal de Educação de Brusque as práticas em tecnologias educacionais acontecem de modo privilegiado nas Salas Pedagógicas Informatizadas (SPI), cujos laboratórios provêm do PROINFO/MEC. A Secretaria Municipal de Educação mantém nesse laboratório um profissional, denominado de Monitor III, que é responsável, em linhas gerais, pela manutenção e zelo dos equipamentos, bem como por incentivar os professores no uso das tecnologias presentes no laboratório, além do atendimento aos estudantes para pesquisas, trabalhos e projetos.

Para dar suporte em termos de formação continuada para os gestores escolares e professores, a Secretaria Municipal de Educação dispõe do Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM), que ministra cursos e formações específicas em tecnologias educacionais, e do Centro Municipal de Inclusão Digital (CMID), que é responsável por ministrar cursos de inclusão digital. Além desses meios para formações de docentes, anexo ao CMID se encontra o setor de Manutenção, responsável por reparos técnicos gerais nos computadores da Rede Municipal de Educação.

A Secretaria Municipal de Educação de Brusque manifesta-se compreender a grande importância das Tecnologias na Educação, porque entende que essas ferramentas trazem consigo grandes potencialidades de empoderamento para

professores e alunos, para uma caminhada, a fim de amplificar o ensino e a aprendizagem, fomentando novas formas de aprender, aperfeiçoando formas tradicionais, e conduzindo o processo para a autonomia e para uma sintonia global com um mundo que se tornou digital.

VIII. A Escola em Tempo Integral

Segundo o educador e professor Miguel Arroyo, a construção de ações, programas e políticas públicas com base na educação integral veio das demandas dos movimentos sociais. A partir da década de 90, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1997) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), o Brasil passou a compreender no seu desenho e modelagem de ações, programas e políticas, a educação integral como resposta às muitas vulnerabilidades das crianças e adolescentes e ao aprimoramento contínuo da qualidade da aprendizagem.

É um conjunto de fatores que reorganizam tempo, espaços e conteúdos para trabalhar o desenvolvimento dos alunos em sua totalidade Integral. Por definição, quer dizer total, inteiro, global. É isso o que se pretende com a educação integral: desenvolver os alunos de forma completa, em sua totalidade. Muito mais do que o tempo em sala de aula, a educação integral reorganiza espaços e conteúdos. Um grande desafio, mas que já começa a tomar forma.

O Programa Mais Educação do MEC, por exemplo, trabalha neste sentido desde 2008, promovendo a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas, de modo que a tarefa de educar seja dividida com os pais e a comunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação propõe uma jornada diária de 7 horas para que as crianças se envolvam com a aprendizagem.

IX. DISPOSITIVOS LEGAIS

IX.I. Documentos legais e normativos referentes ao Ensino Fundamental

Os documentos legais e normativos referentes ao Ensino Fundamental estão na secretaria da escola. Cada documento está organizado em pastas e colocado no arquivo.

IX.II. Estatuto

O Estatuto da Associação de Pais e Professores (APP) é necessário para que essa instituição auxiliar da escola saiba a finalidade e como colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família, escola e comunidade. O estatuto da APP é do conhecimento de todos os membros para que estes possam saber a sua função na associação. O mesmo se encontra na secretaria da escola.

IX.III. Regimento

Previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996), o regimento escolar tem a função primordial de normatizar o funcionamento interno do estabelecimento educacional e regulamentará todo o trabalho pedagógico, administrativo e institucional com base nas disposições previamente estudadas e implementadas para cumprimento por todos os envolvidos nas atividades escolares. Uma espécie de “lei interna”, que obviamente não se contrapõe à lei pública, mas preserva o interesse comum na execução dos objetivos sociais da escola.

IX.IV. Plano de Carreira

A Lei Complementar 143/09 | Lei Complementar nº 143 de 31 de agosto de 2009.

Parte inferior do formulário

Dispõe sobre o plano de cargos e carreiras do poder executivo, suas autarquias e fundações, institui novos padrões de vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências.

O Prefeito de Brusque faz-se saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.

Consta a Lei nos documentos na secretaria da escola.

IX.V. Matrícula

As crianças brasileiras devem ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade. Para atender essa obrigatoriedade — a matrícula cabe aos pais e responsáveis —, as redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos.

As novas normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, sancionada pela presidenta da República, Dilma Rousseff. O novo documento

ajusta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) à Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade.

Em nossa escola a oferta de vagas corresponde ao número de alunos. Todos os alunos que são matriculados estão cadastrados no sistema acadêmico na secretaria da escola. Os documentos de alunos e funcionários são arquivados por pastas individualmente.

IX.VI. Calendário escolar

O calendário escolar é de extrema importância, pois ele é um elemento constitutivo da organização do currículo escolar. É ele que mostra as datas das avaliações, cursos, feriados, férias, os dias letivos, as atividades extracurriculares (como campeonatos, festa junina, entre outros), passeios de estudo e as atividades pedagógicas (como trabalho coletivo na escola, conselho de classe e reuniões pedagógicas).

O calendário dessa escola é construído pelos professores e funcionários no início de cada ano letivo baseado no calendário preestabelecido pela SEME e como também fica anexado no mural da escola.

X. PLANO DE AÇÃO

O presente plano tem por objetivo propor ações a serem desenvolvidas pela Direção da Escola de Ensino Fundamental “Oscar Maluche” do ano de 2019.

Propõe-se a implantação de projetos que incorporem os diferentes “olhares” para que a escola possa seguir os melhores caminhos, para uma educação de qualidade, através da participação de professores, alunos, coordenação e, principalmente, da família, que é peça fundamental e indispensável na formação do aluno.

Espera-se contribuir nesse processo para a construção de uma escola autônoma e democrática, com a apresentação de um plano que garanta a operacionalização do planejamento participativo.

Neste sentido, este documento está sujeito a reformulações e reavaliações, uma vez que nossa realidade se transforma dia a dia e priorizar-se-á uma gestão democrática.

1 - IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE GESTORA:

DIRETOR: Sérgio Luís Gonçalves

COORDENADOR: Marcela Jaqueline Cadore Witkovisky e Elisete Antonw

AGENTE ADMINISTRATIVO: Débora da Luz Scheffer

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR 2023

3- APRESENTAÇÃO:

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche, desenvolve seu trabalho educativo tendo como aporte teórico o referencial adotado na BNCC (Base Nacional Curricular Comum) e no PPP (Projeto Político Pedagógico), em consonância com a LDB (Lei de Diretrizes e Base) e o PME (Plano Municipal de Educação), os quais são referenciados nas perspectivas sociointeracionista de Piaget e Vygotsky, onde busca-se o diálogo teórico entre esses dois autores, para fundamentação das ações pedagógicas.

Buscando fundamentar melhor nossas práticas pedagógicas, os professores, coordenador e direção, nos momentos de estudo, buscaram a leitura da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), onde perceberam que a mesma garante um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, tendo como objetivo a formação humana integral dos alunos, favorecendo a construção de uma sociedade, igualitária, justa, democrática e inclusiva.

Sendo assim, entendemos que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências de indicação clara do que os alunos devem `saber` e, sobretudo, do que devem “saber fazer”. No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações, requer o desenvolvimento de competências para aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimento para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

Sabemos que tais aprendizagens acontecem mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. Precisamos ainda adequar as posições da BNCC à realidade da escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche, considerando o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da

comunidade, referem-se, entre outras ações, a:

- Contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas;
- Decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;
- Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc;
- Conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;
- Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos;
- Selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;
- Criar e disponibilizar materiais de orientação para professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem o contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem;
- Manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino.

Sendo Assim, entendemos que a aprendizagem é construção, ação e tomada de consciência da coordenação das ações e cabe ao professor trazer materiais significativos aos alunos, dirigir-lhes perguntas, buscando desenvolver um sujeito que ocupe uma proposta crítica diante dos seus problemas, com tomada de decisão e de responsabilidade social e política. Faz-se necessário a inserção da comunidade escolar no mundo da leitura e escrita, desenvolvendo no educando o interesse e seu aprofundamento. A educação nesta perspectiva, nos mostra que a aprendizagem não acontece apenas em um período formal no qual se aprende juntar letras, formar sílabas e palavras, ela vai muito além. Esse processo é que nos torna capazes de ler o mundo numa perspectiva de democracia inclusiva, fortalecendo a prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR 2023

OBJETIVOS GERAIS

Possibilitar o acesso aos conhecimentos universais, disciplinares e interdisciplinares de modo dinâmico e que conceba trabalho como princípio educativo, uma vez que o projeto de escola que defendemos representa um projeto emancipador, democrático, inclusivo, que tem

como objetivo a busca incansável da qualidade em educação.

Trazer para as discussões pedagógicas, de forma interdisciplinar, temas como a diversidade de etária, cultural, étnica e a perspectiva inclusiva de todos os estudantes e profissionais da educação para enfrentar o preconceito através do conhecimento.

Possibilitar durante todo o processo pedagógico, que surjam novos projetos que contemplem o planejamento da **EEFLCC Oscar Maluche**, abrindo espaço para ideias e sugestões vindas dos estudantes, professores (as), funcionários (as), equipes pedagógicas e outros integrantes da comunidade escolar.

Pautar as ações administrativas na transparência do uso do dinheiro público, e demais arrecadações , no respeito com os contribuintes que fazem parte do sistema escolar.

Conscientizar a comunidade escolar da importância da discussão e da construção coletiva do PPP com a definição de princípios que regem a organização do trabalho escolar da **EEFLCC Oscar Maluche**.

Desenvolver uma Gestão democrática, priorizando uma participação coletiva em todas as ações tomadas no âmbito escolar. Assim, gestores, professores, funcionários, familiares, alunos e instâncias colegiadas, (Conselho escolar, Grêmio Estudantil e APP), todos os envolvidos na comunidade escolar, podem dialogar e opinar, de maneira ativa, nas ações e decisões dentro da escola, buscando um espaço mais aberto ao diálogo e uma relação horizontal sem focar o comando em hierarquias

DIAGNÓSTICO DA ESCOLA:

Baseado na Lei de Diretrizes e Base (LDB), Projeto Político Pedagógico (PPP) e Resolução do COMED, a Escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche, e tendo em vista o compromisso para que a Escola Oscar Maluche cumpra a sua função social de democratização do conhecimento historicamente construído por toda a comunidade Escolar, nas relações de trabalho, nossa proposta será buscar os meios necessários para aprimorar o processo de aprendizagem, bem como promover as discussões de temas importantes da contemporaneidade no âmbito Escolar.

Considerando que o projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Oscar Maluche, tem como princípio a construção coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar, num processo de discussão permanente, democrática e inclusiva, esta gestão se pauta em princípios que concebem o fortalecimento do Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Professores (APP), como órgãos colaboradores da gestão da escola, não centralizando as decisões no âmbito do gabinete da Direção. Neste Sentido, a gestão continuará sendo construída com e para os estudantes, pais, funcionários (as), professores (as), equipe pedagógica, Direção e representantes da comunidade.

Realizar atualização das necessidades escolares, por meio do PPP, atrelando o documento às práticas formativas, pois ha sempre, atualizações e inovações para o avanço de toda a comunidade escolar.

INDECE DE EVASÃO E REPROVAÇÃO

Buscando sempre o bom aproveitamento escolar dos alunos regularmente matriculados na Escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche, trabalha-se na busca efetiva para garantir aos estudantes presença efetiva e aproveitamento pedagógico onde possa garantir a promoção dos estudantes. Onde será necessário tomar medidas e precauções, como: Controle de frequência dos alunos, acompanhamento do desempenho Pedagógico individual de cada estudante, verificando as notas.

Verificamos que ainda acontecem as retenções/reprovações, e evasão escolar, nesta unidade escolar verificamos que é necessário de novos caminhos a trilhar.

Observamos as seguintes índices de reprovação e evasão escolar nos últimos anos conforme segue:

- 2019 – 354 alunos matriculados no ano letivo, com 2 alunos reprovados (0,56 %) e 2 alunos evadidos (0,56 %)
- 2020 – 356 alunos matriculados no ano letivo, com 6 alunos reprovados (1,64 %) e 2 alunos evadidos (0,56 %);
- 2021 - 377 alunos matriculados no ano letivo, com 6 alunos reprovados (1,59 %) e 6 alunos evadidos (1,59 %)
- 2022 - 387 alunos matriculados no ano letivo, com 2 alunos reprovados (2,89%) e 1 alunos evadidos (0,40 %)

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR 2023

4- METAS:

DIMENSÃO PEDAGÓGICA:				
AÇÕES	OBJETIVO ESPECÍFICO	PERÍODO INÍCIO/FIM	RECURSOS	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO
-Reunião Pedagógica (estudos com Professores)	- Realizar a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), para fortalecer o Regime Escolar	Fevereiro Dezembro 2023	à - Ambiente adequado para realizar reuniões (sala de Aula)	Direção Coordenação Professores
- Monitorar os índices do IDEB	- Buscar o desenvolvimento pedagógico para atingir os índices estabelecidos no Plano Municipal de Educação (PME).	Fevereiro Dezembro 2023	à	Direção Coordenação Professores
- Acompanhamento do Planejamento anual dos professores e execução	- Buscar soluções para alcançar os objetivos que a escola pretende, identificando obstáculos, reconhecendo	Fevereiro Dezembro	à	Direção Coordenação Secretaria

das atividades - Acompanhamento dos resultados parciais e finais de cada aluno	sua natureza .	2023		
- Reuniões com APP, CE e Grêmio Estudantil - Conselho de Classe - Monitorar a entrega do planejamento anual de cada professor/disciplina	Zelar pelo funcionamento da escola, com apoio e parceria da APP, CE e GE, para o cumprimento do Projeto Político Pedagógico (PP), de acordo com a Legislação vigente , para assegurar um padrão de qualidade.	Fevereiro à Dezembro 2023		Direção Coordenação Secretaria
- Realização de eventos envolvendo a Comunidade Escolar - Assembleia de Pais/Responsáveis; - Homenagens Cívicas; - Apresentação Dia das Mães; Apresentação Dia dos Pais; - Festival de Poesias; - Festa Junina; - Amostra de Trabalhos; Entrega de Avaliações e relatórios; Encontro de Natal.	- Estimular a presença dos pais e participação da Comunidade escolar para no desempenho e acompanhamento do desempenho escolar de cada aluno. - Estimular a comunicação frequente com os pais e responsáveis, informando sobre o processo educativo, Normas e Regras existentes no Regimento Interno da Instituição de Ensino.	Fevereiro à Dezembro 2023		Direção Coordenação Professores Alunos APP
- Atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP)	- Gerenciar o funcionamento da escola, zelando pelo cumprimento da legislação, normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.	Fevereiro à Dezembro		Direção e

	- Melhorar a qualidade do trabalho executado na instituição de Ensino, possibilitando o bom funcionamento da escola, levando em consideração ao Regimento Escola.	2023		APP
- Elaboração dos planejamentos conforme a BNCC Anual e Semanal	- Estudar, compreender e implementar a Base Nacional Curricular Comum, e a resolução 01/2018 do COMED, através dos planos de aula, articulando os conteúdos com as propostas.	Fevereiro à Dezembro 2023		- Coordenador Pedagógico - Professores - Alunos
- Reconhecer, Compreender e Resolver os conteúdos programáticos nas disciplinas curriculares; - Avaliação contínua e sistemática.	- Avaliar e divulgar o resultado individual de cada educando	Fevereiro à Dezembro 2023		Direção e Coordenação Professores

	interferências na unidade escolar			
-Reuniões Pedagógicas; -Formações oferecidas pela SEME; - Encontros envolvendo todos os funcionários. - Formação interna.	- Oportunizar e facilitar o acesso a programas de aperfeiçoamento profissional; - Assegurar e adotar uma postura participativa nas ações de planejamento e execução das atividades curriculares. - Identificar as necessidades de desenvolvimento dos recursos humanos da escola, estabelecendo estratégias de intervenção em articulação como a SEME.	Fevereiro à Dezembro 2023		
				Direção Coordenação Pedagógica

DIMENSÃO FINANCEIRA

AÇÕES	OBJETIVO ESPECÍFICO	PERÍODO INÍCIO/FIM	RECURSOS	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO
Aplicação e controle dos recursos recebidos: - Contribuição da APP; - PDDE Básico; - Mais Alfabetização; - Educação Conectada; - Tempo de Aprender; - Emergencial; -Arrecadações dos eventos realizados.	Zelar pela aplicação dos recursos recebidos durante o ano, com APP e Conselho Escolar.	Fevereiro à Dezembro 2023	Arrecadação da APP; Programas do PDDE Eventos Internos.	Direção APP Conselho Escolar

<ul style="list-style-type: none"> - Ação entre amigos (sorteio de Brindes) - Festa Junina; - Dia dos Estudantes (Gincana) - Bingo dia Das Mães; - Venda de Sucatas (Papelão e Garrafas Pet) 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar, promover e organizar eventos para arrecadações financeiras, para compor o orçamento e pagamentos das despesas fixas e variáveis da escola. 	<p>Fevereiro à Dezembro 2023</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Espaço adequado para armazenar as sucatas; - Espaço para realização dos demais eventos. 	<ul style="list-style-type: none"> -APP - Direção - Coordenação - Professores e Funcionários
<ul style="list-style-type: none"> -Controle e fechamento mensal do caixa da APP 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar mensalmente o controle de caixa da APP. 	<p>Fevereiro à Dezembro 2023</p>	<p>Contribuição da APP; PDDE Básico Outros programas do PDDE; Eventos Internos.</p>	<p>Direção APP Conselho Escolar</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Entrega Mensal do Resultado do movimento do caixa à Secretaria de Educação e para Contabilidade. - Efetuar o pagamento das despesas fixas da escola: 1- Telefones 2-Vigilância e Monitoramento; 3- Manutenção das impressoras. - Aquisição de materiais necessários para a manutenção da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cumprir com a entrega mensalmente do movimento do caixa a SEME e Contabilidade. - Manter em dia os pagamentos das contas da escola. - Efetuar a manutenção da escola, realizando reparos necessários. 	<p>Fevereiro à Dezembro 2023</p>		<p>Direção APP Conselho Escolar</p>

DIMENSÃO FÍSICA				
AÇÕES	OBJETIVO ESPECÍFICO	PERÍODO INÍCIO/FIM	RECURSOS	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO
<p>- Manutenção de todas as áreas que compõem a escola:</p> <p>1- Manutenção das dependências da escola:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salas de Aula; • Refeitório; • Cozinha; • Secretaria; • Sala de Informática; • Sala de Leitura e Escrita; • Sala do AEE; • Sala dos Professores; • Sala de Reforço; • Banheiros; • Refeitório; • Sala da Direção. <p>2 – Limpeza e Manutenção do Pátio externo e interno;</p> <p>3- Limpeza da Quadra de Esportes;</p> <p>4- Plantio e Manutenção da horta escolar;</p> <p>5- Limpeza e Manutenção</p>	<p>- Disponibilizar aos alunos, professores, funcionários e comunidade uma escola limpa e bem cuidada.</p> <p>- Propiciar aos alunos e professores, um ambiente prazeroso para o desenvolvimento das aulas.</p> <p>- Proporcionar aos alunos um espaço adequado, limpo, organizado para fazer as refeições.</p>	<p>Fevereiro à Dezembro de 2023</p>	<p>Contribuição da APP; Eventos para arrecadação de recursos; PDDE Básico; PDDE Sustentável</p>	<p>APP CE Direção Funcionários</p>

da Calçada; 6- Limpeza e manutenção do conjunto de Ar Condicionado; 7- Remanejamento das salas dos professores, sala de Informática e sala de Leitura e Escrita. 8- Instalação de área de recreação para utilização das turmas dos anos iniciais.				
DIMENSÃO ADMINISTRATIVA				
-Monitoramento e regularização dos documentos individuais de cada educando; - Monitoramento e regularização dos documentos de cada Professor (a). - Atualização do sistema Acadêmico	- Organizar e manter atualizado todos os documentos dos educandos: - Organizar e manter organizado toda a documentação dos professores (as) e Funcionários. - Fazer com que todos os integrantes da equipe pedagógica, atualizem o sistema acadêmico	Fevereiro à Dezembro de 2023		-Agente Administrativo; -Coordenação -Direção -Professores -Coordenação
- Controle e gerenciamento do Ponto Digital; - Preenchimento corretos do certificado ponto para envio a Secretaria de Educação.	- Realizar todos os ajustes do ponto eletrônico. -Monitorar e organiza, preenchendo corretamente o certificado pontos mensalmente.	Fevereiro à Dezembro 2023		Direção e Agente Administrativo
-Preenchimento do Bolsa Família;	- Controle e acompanhamento das faltas dos alunos;	Fevereiro à		Direção Coordenação

<p>-Controle e acompanhamento do estoque de merenda; -Levantamento, controle e preenchimento do sistema APOIA; - Controle e recebimento de mercadorias diversas; - Solicitar e controlar o uso de materiais de limpeza; - Controle e solicitação de materiais de Expediente.</p>	<p>- Controlar o uso correto da merenda escolar, dos materiais de limpeza e materiais de expediente; - Controlar o cardápio escolar para que atenda as necessidades dos educandos.</p>	<p>Dezembro 2023</p>		<p>e Agente Administrativo.</p>
--	--	----------------------	--	---------------------------------

5- AVALIAÇÃO DO PLANO:

CRONOGRAMA

A avaliação do Plano de Gestão será realizada em conjunto entre Direção, APP, Professores, Grêmios Estudantil e Conselho Escolar, de maneira transparente e igualitária, durante todo ano de 2023, apresentando bimestralmente os resultados alcançados, em reuniões entre todas as entidades que fazem parte da escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de aplicação do plano de Gestão, os responsáveis deverão cumprir com os objetivos proposto, para que possamos administrar, realizar e dar condições para os educando uma educação de qualidade, bem como oferecer à comunidade uma boa convivência com Direção, Professores, e demais funcionários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando José. **Projetos e Ambientes Inovadores** - Série de Estudos Educação à Distância- MEC

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e Contrapontos**- 2ª edição- Editora Mediação.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**- 15ª edição – Editora Mediação.

KRAMER, S. Infância e sua singularidade. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para inclusão da criança de seis anos de idade**/organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeira do Nascimento. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. P. 13 a 23.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro** – 2ª edição – Editora Cortez - São Paulo – ano 2.000.

NASCIMENTO, A. M. do. A infância na escola e na vida: uma relação fundamental. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para inclusão da criança de seis anos de idade**/organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeira do Nascimento. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. P. 25 a 32.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.

PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online : Mais de 1000 cursos online com certificado

<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/48709/gestao-participativa-na-escola-e-os-desafios-a-serem-alcancados#!2#ixzz3Ej7qxHZu>

PROPOSTA CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BRUSQUE, SC
- ano 2008.

RELATÓRIO PARA A UNESCO DA COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI – Educação, um Tesouro a Descobrir – 4ª edição – Editora Cortez – São Paulo - ano 2.000.

ROMEIRO, Alice. **Um Olhar Sobre a Escola** - Série de Estudos/ Educação à Distância.

SMOLKA, Ana Luiza. **A criança na fase inicial da escrita: Alfabetização como um**

processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1989.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos - **Superação da Lógica Classificatória e Excludente da Avaliação** – 2ª edição – Cadernos Pedagógicos do Libertad.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República-Ministério da Educação-Ministério da Justiça, 2007. BRASIL

Estatuto da Criança e do Adolescente

Projeto Político Pedagógico da Escola Oscar Maluche.

BRASIL, Ministério da Educação.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Lei n.º 9.395/96. Brasília: 1996.

FUNDESCOLA.
Como elaborar o plano de desenvolvimento da escola.
Brasília: MEC, 1999. INEP-MEC.
Indicadores da Qualidade na Educação.
São Paulo: Ação Educativa, 2004

Dicionário de Verbetes. Gestrado UFMG, (s.d.). Disponível em:
< [http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes & id =391](http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=391)>. Acesso em: 18 jul. 2013.

PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação.
São Paulo: Xamã, 2001. SILVA, Margarida Sônia Marinho; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares
s.d. Disponível em: <http://dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/02/modulo3_plano_de_acao_naza.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015. ‘

OLIVEIRA, Dalila Andrade, DUARTE, Marisa R.T. (Org). Política e Trabalho na Escola-
Administração dos Sistemas Públicos de Educação Básica, Belo Horizonte ,
Autentica Editora, 1999

PIMENTA, S.G. (ORG). Saberes Pedagógicos e Atividades Docentes: in: Pimenta, S.G. Formação dos Professores Identidade e saberes da Docência. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 1999

SCHEIBE, Leda. Formação e identidade do Pedagogo no Brasil: In: Ensinar e Aprender: Sujeitos, Saberes e Pesquisa, Rio de Janeiro, DP&A: SEPE, 1999. (Coleção Sentido da Escola)